



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 130

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 130

120ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 16

Dep. Dr. Batista 17

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 17

Dep. Luiz Eduardo Cheida 23

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 22

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 25

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 26

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 28

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 31

Discussão/Votação

Redação Final 31

Discussão Única (Proposições).. 31

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão: 39

Publicações:

Atas de Comissão

Constituição e Justiça 39

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Despacho 39

Coordenadoria de Contabilidade

Balancete Agosto 39

Balancete Setembro 42

DIÁRIO Nº 130

120ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

04 DE NOVEMBRO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri,

Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausente o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins (01).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Augustinho Zucchi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº 936/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que estabelece as carreiras de funcionários públicos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, conforme estabelecido pelo artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 1º, parágrafos 5º e 6º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, que dispõem sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Ao conhecimento da Casa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 319/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária de Educação a doação de microônibus escolar para o Colégio Agrícola de Diamante do Norte.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de um microônibus para o Colégio Agrícola de Diamante do Norte.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equipar o Colégio Agrícola de Diamante do Norte com um microônibus. Situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias para poder chegar nesse colégio - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado do Paraná poderá oferecer melhor qualidade de vida e de estudo a todas as pessoas.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, de modo que o Colégio Agrícola do município de Diamante do Norte possa receber um microônibus escolar. Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 320/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a implantação de cursos profissionalizantes em escolas estaduais, nos termos que especifica, no município de Paranavaí.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a implantação de cursos profissionalizantes voltados para formação de mão-de-obra nas áreas da agricultura e piscicultura nos colégios estaduais de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Paranavaí, cidade-pólo da região noroeste, atrai, cada vez mais, moradores carentes que habitam nas áreas de seu entorno. Assim, dia-a-dia aumentam o número de crianças e adultos que buscam, nas escolas de Paranavaí, um caminho para aumentarem as oportunidades profissionais. Em função dessa realizada, desnecessário aquilatar aqui a importância de se oferecerem cursos profissionalizantes voltados para a formação de mão-de-obra para a agropecuária e a piscicultura, atividades que forma a maior parte da economia local.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná e o apoio da Secretaria da Educação, a fim de que acolhido o justo pleito que apresentamos por meio da presente indicação, possa, afinal ser atendida essa necessidade urgente de implantação de cursos profissionalizantes nos colégios estaduais e municipais de Paranavaí.

INDICAÇÃO Nº 321/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Bocaiúva do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 03 (três) ônibus escolares e 01 (um) microônibus para o município de Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) EDSON STRAPASSON

2 - JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Bocaiúva do Sul ter uma grande demanda de alunos na área rural e não dispor de condições orçamentárias para proporcionar um transporte escolar com segurança e qualidade para os alunos da rede pública municipal e estadual. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO Nº 322/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 06 (seis) ônibus escolares no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) EDSON STRAPASSON

2 - JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Colombo ter uma grande área rural e uma demanda crescente de alunos que precisam utilizar o transporte escolar. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná, para que possa atender os alunos da rede pública municipal e estadual com segurança e qualidade.

INDICAÇÃO Nº 323/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 06 (seis) ônibus escolares para o município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) EDSON STRAPASSON

2 - JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Almirante Tamandaré ter uma extensa área rural e uma grande demanda de alunos que precisam utilizar o transporte escolar.

Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná, para que possa dar um atendimento seguro e com qualidade aos alunos da rede pública municipal e estadual.

INDICAÇÃO Nº 324/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 05 (cinco) ônibus escolares para o município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) EDSON STRAPASSON

2 - JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Rio Branco do Sul ter uma grande demanda de alunos na área rural e não dispor de condições orçamentárias para proporcionar um transporte escolar com segurança e qualidade para os alunos da rede pública municipal e estadual. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO Nº 325/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná a destinação ao município de Fazenda Rio Grande de um veículo ABTR - Auto Bomba Tanque Resgate e uma ambulância do SIATE.

Sr. Governador, Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná que destinem um veículo ABRT - Auto Bomba

Tanque Resgate e uma ambulância do SIATE para o Destacamento do Corpo de Bombeiros do município de Fazenda Rio Grande, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) ALYSSON WANDSCHEER

JUSTIFICATIVA:

O município de Fazenda Rio Grande possui hoje uma população de 100 mil habitantes e em razão do aumento de ocorrências bem como a necessidade de renovação da frota atual, condição essencial para que se obtenha a qualidade dos serviços executados pela Corporação, cumpre, pois os requisitos para que se possa pleitear com a contemplação destes veículos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e do Comando Geral do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, apresenta-se a presente indicação que, com certeza, resultará na melhoria do atendimento de toda região.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destinação do Grande Expediente da Sessão do dia 06/11/08, ao representante da Secretaria de Estado da Fazenda, Sr. Laércio Lopes de Araújo, Auditor Fiscal e Coordenador Estadual do Projeto Nota Fiscal do Produtor Rural da Receita do estado, para expor sobre o tema Cadastro do Produtor Rural.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 3035

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Eliebe Cius, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3036

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Fernando Lefler, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3037

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Parailio Cunha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3038

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Emerson de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nair do Nascimento, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdevino Rodrigues de Paula, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Rivair, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arlindo de Jesus Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Ribeiro de Assunção, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Apolonia Lube, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Madalena Moreira Ribas, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Antunes da Rosa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gilmar de Andrade Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valmir Goulart de Almeida, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luis Gutock, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3056

Senhor Presidente:

REQUER seja encaminhado a Mesa Executiva, solicitando votos de congratulações e aplausos ao Programa CQC - Custe o Que Custar, pela matéria do quadro Proteste Já, exibida no dia 03 de novembro do corrente ano, onde o programa questionou com muita propriedade o problema das creches da capital paranaense.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antônio Vidal Coelho, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes ao Cartorário Álvaro de Quadros Neto:

1. Para quais cartórios o citado cartorário foi designado nos últimos 5 (cinco) anos?

2. Em quantos cartórios é oficial titular ou substituto atualmente?

3. Quais os motivos para a retomada da titularidade do 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa, em substituição à Sra. Marlou Santos Lima Pilatti?

4. Qual a data da nomeação do cartorário para o 2º Registro de Imóveis? Favor anexar cópia do instrumento de designação.

5. Quem foi o responsável pela designação do mesmo para o citado cartório?

6. Já houve o cancelamento da titularidade do referido cartorário no Tabelionato de Notas do Pinheirinho e 12º Tabelionato de Notas, ambos em Curitiba?

7. Qual a data da criação do 3º Registro de Imóveis de Ponta Grossa e em que fase encontra-se a instalação do mesmo?

8. Consta que o referido cartorário tem opção pela titularidade do 3º Registro de Imóveis de Ponta Grossa. Questionamos qual o respaldo legal para que fosse feita tal opção?

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antônio Vidal Coelho, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes ao afastamento da Oficial Substituta do Cartório do 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa, Sra. Marlou Santos Lima Pilatti:

1. Há quanto tempo a Oficial Substituta acima citada estava à frente do 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa?

2. Quem foi o responsável pela designação dela frente ao citado cartório?

3. Qual a razão do seu afastamento ocorrido na data de 03/11/08?

4. Quem é o titular da locação do imóvel que serve de sede para o referido cartório e qual o valor do aluguel? De que forma é efetuado o pagamento?

5. A quem cabia gerir os recursos financeiros auferidos pelo citado cartório? Em que conta eram depositados?

6. De que forma o oficial titular do cartório, Sr. Álvaro Quadros Neto recebia sua retirada mensal (depósito bancário, espécie ou cheque nominal)?

7. Quem era responsável pela contratação dos funcionários do cartório e o pagamento de seus salários?

8. A quem cabia e como eram feitos os recolhimentos de taxas devidas (FUNREJUS, CPC, INSS, FGTS)?

9. Já houve designação de novo oficial substituto para o 2º Registro de Imóveis?

10. Em caso afirmativo, quem é o novo designado? Onde reside? Há quanto tempo exerce as funções cartorárias? Favor anexar cópia do documento de designação.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 471/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A participação da comunidade no processo de elaboração, definição e acompanhamento da execução do Orçamento Plurianual de Investimentos, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, se orientará por esta lei e pelo Regulamento do Orçamento Participativo.

Art. 2º O Regulamento do Orçamento Participativo estabelece as normas e regras da participação popular, com base nas discussões e experiências da própria comunidade, observando-se a legislação em vigor, tem entre outros, os seguintes objetivos:

I - Definir os critérios para a seleção e computação das prioridades da comunidade em relação aos temas da política estadual e as obras e serviços públicos, no âmbito de cada região ou setor e no âmbito municipal;

II - Determinar os critérios para a eleição dos representantes da comunidade em cada região ou setor, respeitando-se a proporcionalidade em relação ao número de participantes das rodadas e a representatividade geopolítica estadual;

III - Estabelecer as formas mais adequadas de organização das discussões com a comunidade para que seja possível mobilizar, reunir e ouvir a opinião do maior número de pessoas.

Art. 3º O Regulamento será elaborado pelo Conselho Popular do Orçamento, definido nos artigos 11 e 12 desta lei, em parceria com o Poder Executivo, cabendo ao Conselho a sua aprovação.

Art. 4º O Regulamento será amplamente discutido nas reuniões com a comunidade e revisado anualmente.

Art. 5º O Poder Executivo desenvolverá discussões com a comunidade sobre as propostas orçamentárias, particularmente a aplicação dos recursos destinados aos investimentos, devendo cumprir as seguintes etapas:

I - Realização de duas rodadas de discussões voltadas para o conjunto da comunidade e realizadas por regiões ou setores da atividade pública e cujo objetivo principal é eleger seus representantes.

II - Realização de discussões e atividades conjuntas com os representantes da comunidade eleitos para o Conselho e os Fóruns Populares do Orçamento, definidos no Capítulo III desta Lei.

§ 1º O calendário de discussões e atividades será fixado, de comum acordo, pelo Poder Executivo e pelo Conselho Popular do Orçamento, levando-se em conta os prazos legais para entrega dos projetos e aprovação das leis orçamentárias. A data da reunião nas regiões deverá ser publicada no Diário Oficial com antecedência mínima de quinze dias.

§ 2º O Poder Executivo designará técnicos das áreas de planejamento, orçamento e finanças para acompanhar e assessorar as discussões em cada região e setor.

Art. 6º Todas as discussões, pesquisas e consultas, assim como todo o trabalho de convocação e mobilização da população, serão coordenados pelos organismos populares do Orçamento Participativo e por representantes do Poder Executivo.

Art. 7º As rodadas de discussões serão precedidas de atividades preparatórias, com o objetivo de informar e mobilizar a comunidade e suas entidades representativas, em cada cidade ou setor temático, cabendo ao Poder Executivo:

I - Realizar uma ampla campanha de propaganda nos principais órgãos de imprensa com a finalidade de informar e convocar a população para as atividades do Orçamento Participativo Estadual;

II - Providenciar a edição de material de propaganda para o uso das entidades representativas e poderes Executivo ou Legislativo municipais que quiserem participar voluntariamente do trabalho de convocação.

Art. 8º A primeira rodada de discussões terá, entre outros, os seguintes objetivos:

I - Apresentação da prestação de contas do Governo referente à Execução orçamentária, do Plano de Obras e Investimentos do ano anterior, tanto para o estado quanto para aquela região;

II - Apresentação do Plano de Obras e Investimentos para o ano tanto para o estado quanto para aquela região;

III - Apresentação do Regulamento do Orçamento Participativo para o presente ano;

IV - Primeira discussão sobre as prioridades da comunidade em relação aos temas da política estadual e levantamento de demandas quanto a obras e serviços públicos;

V - Eleição dos representantes da comunidade para os Fóruns Populares do Orçamento de cada região ou setor.

§ 1º Caberá ao Governador, ou na sua ausência a um representante seu, especialmente indicado para esse fim, as apresentações referentes aos itens I e II, e aos representantes do Conselho Popular do Orçamento e apresentação referente ao item III.

§ 2º Serão colocados à disposição da comunidade de cada região ou setor, antes e durante a primeira etapa de discussões, os materiais escritos referentes aos itens I, II e III deste artigo e também por via digital no Portal do Governo do Estado.

Art. 9º A segunda rodada de discussões terá, entre outros, os seguintes objetivos:

I - Apresentação da previsão de despesas para os investimentos e para cada setor de atividade, e da estimativa de receita para o orçamento do próximo ano;

II - Apresentação das prioridades da comunidade em relação aos temas da política estadual e as obras e serviços públicos, nos âmbitos regional e estadual;

III - Eleição dos representantes da comunidade para o Conselho Popular do Orçamento.

§ 1º Caberá ao Governador, ou a um representante seu, especialmente indicado para esse fim, a apresentação referente ao item I, e aos representantes indicados pelo Fórum Popular da região ou setor a apresentação referente ao item II.

§ 2º Serão colocados à disposição da comunidade em cada região ou setor, antes e durante a segunda etapa de discussões, os dados referentes aos itens I e II, redigidos de forma clara e de modo que as pessoas leigas no assunto possam entender.

Art. 10. As discussões e atividades do Orçamento Participativo serão coordenadas e dirigidas por três principais formas de organização:

I - Conselho Popular do Orçamento;

II - Comissão Estadual Central do Orçamento Participativo;

III - Fóruns Regionais Populares do Orçamento.

Art. 11. O Conselho Popular do Orçamento será composto por um mínimo de dois representantes da comunidade de cada região ou setor, eleitos anualmente, na segunda rodada das discussões, e por:

I - Um representante das seguintes entidades:

a) Federação das Associações de Moradores ou organização equivalente;

b) Associação Comercial do Paraná;

c) Federação das Indústrias do Estado do Paraná;

d) Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná - CREA-PR;

e) Ordem dos Advogados do Paraná - OAB-PR;

f) Conselho Regional de Economia do Paraná - CORECON.

II - Seis representantes do Poder Executivo da área de planejamento, orçamento e finanças.

§ 1º O item II deste artigo poderá sofrer supressões ou acréscimos desde que sejam propostos pelo Governo ou comunidade, aprovados pelo Conselho, e desde que não ultrapasse vinte por cento da quantidade de membros eleitos na segunda rodada de discussões.

§ 2º Os representantes do Poder Executivo, membros do Conselho, não terão direito de voto.

§ 3º O Conselho contará com uma permanente assessoria de técnicos da Administração Pública.

§ 4º O Poder Legislativo poderá enviar representantes para as reuniões do Conselho e este poderá convidar centros de estudos e pesquisas, intelectuais, políticos e outros cidadãos para suas atividades.

§ 5º O Conselho elaborará o seu estatuto e este disporá sobre seu funcionamento e sua organização interna, observando-se as disposições desta lei e do Regulamento do Orçamento Participativo.

Art. 12. O Conselho Popular do Orçamento terá, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Elaborar, revisar e aprovar anualmente o Regulamento do Orçamento Participativo;

II - Acompanhar passo a passo a elaboração das propostas que o Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa, relativas às Diretrizes Orçamentárias, ao Plano Plurianual e ao Orçamento Anual, assim como emitir seu parecer final sobre elas;

III - Participar da elaboração e deliberar sobre o Plano de Obras e Investimentos;

IV - Acompanhar e fiscalizar o processo de execução orçamentária;

V - Dirigir em conjunto com o Poder Executivo todas as etapas do Orçamento Participativo.

Art. 13. A Comissão Central do Orçamento Participativo será composta por igual número de representantes do Poder Executivo e do Conselho Popular do Orçamento, cabendo a ela centralizar o processo de direção e coordenação e resolver as questões pendentes da parceria entre o Governo e a comunidade no Orçamento Participativo.

Art. 14. Os Fóruns Populares do Orçamento serão formados por regiões e setores de atividade, com representantes da comunidade, eleitos anualmente, em número proporcional aos participantes da primeira rodada de discussões, conforme dispõe o regulamento de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 15. Os Fóruns Regionais Populares do Orçamento terão, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Coordenar, juntamente com os representantes locais do Conselho Popular do Orçamento e do Poder Executivo, as atividades preparatórias e as discussões com a população;

II - Realizar atividades para colher a opinião da comunidade e desenvolver nela uma consciência cidadã;

III - Avaliar e propor mudanças no Regulamento do Orçamento Participativo;

IV - Acompanhar a elaboração das propostas e a execução das leis do Orçamento Anual e do Plano Plurianual de Investimentos no âmbito da região ou setor de atividade;

V - Discutir a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, antes de seu envio à Assembléia;

VI - Ouvir e manter constantemente informadas as entidades representativas da região ou setor e a população em geral.

Art. 16. O Poder Executivo designará representantes e técnicos para acompanhar e participar das reuniões e atividades dos Fóruns Regionais ou Setoriais, sem direito a voto.

Art. 17. Das reuniões e atividades dos Fóruns poderão participar representantes do Poder Legislativo e de entidades da sociedade civil, assim como qualquer membro da comunidade, sem direito ao voto.

Art. 18. A elaboração das propostas e o acompanhamento da execução das leis orçamentárias, com a participação da comunidade, serão organizados a partir de regiões e setores de atividade pública, que representarão a base territorial e setorial do Orçamento Participativo.

Art. 19. A base territorial será formada pelas regiões em que fica dividido o estado, correspondendo cada uma delas às Unidades Especiais de Planejamento (UEP) existentes.

Art. 20. A base setorial será formada pelos setores em que fica dividida a atividade pública, correspondendo cada um deles aos seguintes temas:

I - Educação, cultura, esporte e lazer;

II - Saúde, higiene e assistência social;

III - Transporte e trânsito;

IV - Desenvolvimento econômico;

V - Urbanismo, habitação, saneamento e meio ambiente.

Parágrafo Único - Essa divisão territorial ou setorial, para fins do Orçamento Participativo, poderá sofrer alterações desde que as mudanças propostas sejam aprovadas pelo Conselho Popular do Orçamento.

Art. 21. As áreas de planejamento, orçamento e finanças do Poder Executivo serão ajustadas às exigências da divisão territorial e setorial e ao funcionamento do Orçamento Participativo.

Art. 22. Prioridades dos temas de política estadual, obras e serviços públicos, definidas nas discussões com a comunidade, apuradas por critérios e pesos definidos pelo Regulamento do Orçamento Participativo, serão redigidas pelos órgãos técnicos do Poder Executivo e deverão ser contempladas obrigatoriamente nas propostas do Plano Plurianual de Investimentos, no Orçamento Anual e no Plano de Obras e Investimentos do Governo Estadual.

§ 1º Depois de discutidas nos Fóruns e de discutidas e apreciadas pelo Conselho Popular do Orçamento, o Poder Executivo dará uma redação final às propostas e as encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2º Na hipótese de não haver concordância entre o estado e o Conselho Popular do Orçamento acerca do conteúdo das propostas, este elaborará um documento fundamentando suas posições que serão amplamente divulgadas e encaminhadas aos Deputados Estaduais.

Art. 23. Após envio das propostas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Poder Executivo deverá preparar e redigir o Plano de Obras e Investimentos do Governo, com base na proposta do Orçamento Anual e nas discussões com o Conselho Popular do Orçamento, observando as mudanças nele introduzidas pelo Legislativo.

Parágrafo Único. O Plano de Obras e Investimentos conterá de forma clara e precisa a localização, custos, prazos e demais dados de cada investimento, expressos em linguagem popular, de modo que a comunidade possa certificar-se como foram contempladas suas reivindicações e propostas, utilizando-o como instrumento para acompanhamento de sua execução.

Art. 24. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de sua Comissão de Orçamento e Finanças, realizará uma ou mais audiências públicas para ouvir os membros do Conselho e representantes dos Fóruns Populares do Orçamento, tendo como objetivo discutir as mensagens enviadas pelo Executivo.

Art. 25. No primeiro ano do Orçamento Participativo, enquanto não estiverem constituídas as formas de organização de que trata esta lei, caberá ao Poder Executivo elaborar um regulamento provisório, ouvindo os movimentos populares e organizações classistas e assumir as tarefas indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 26. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Orçamento Participativo é mais uma das práticas para o controle social de inclusão, participação e de educação cidadã. O Orçamento Participativo tem sido a forma mais conhecida e eficaz de participação dos

cidadãos na gestão pública. Criado nos anos de 1980 a experiência se difundiu, sendo replicada de diferentes formas. O que fez do Orçamento Participativo uma referência em termos de participação popular foi a sua capacidade de trazer o cidadão para a esfera de decisão política, decisão sobre a cidade, ou seja, políticas públicas que terão impacto em sua vida, em seu cotidiano, fazendo-o partícipe das decisões relativas à alocação elaboração de recursos públicos e do adequado acompanhamento dos gastos.

Durante muito tempo o Orçamento Público foi elaborado sem a participação direta da sociedade, mesmo que a sua elaboração seja primordial para a mesma, pois é nele que são definidos os programas e ações governamentais que garantem uma distribuição mais igualitária dos recursos públicos com a finalidade de assegurar aos cidadãos os direitos previstos na Constituição Federal. O Orçamento Participativo pode ser considerado como um mecanismo de gestão democrática com a participação popular nas decisões das políticas públicas. O Orçamento Participativo aparece como uma proposta consistente de reorganização da sociedade e do estado por meio de participação dos cidadãos. É com o Orçamento Participativo que o Governo assume seu papel de gestor das políticas públicas no intuito de promover o bem-estar social com a participação da sociedade. O Orçamento Participativo respalda-se na Constituição Federal de 1988 que contempla a cooperação das associações representativas no planejamento.

Neste sentido, a participação da sociedade no Orçamento deve surgir com a finalidade de ser um avanço significativo no processo de consolidação dos mecanismos democráticos, oportunizando a formação de um processo político de construção da cidadania, viabilizando a democratização das decisões sobre os investimentos públicos, contribuindo assim para a formação da consciência de que qualquer pessoa pode atuar como agente do processo social. Portanto, o processo deve ter como finalidade a conjugação de esforços, tanto do Poder Executivo como desta egrégia Casa de Leis possibilitando criar, viabilizar e consolidar ações norteadoras de mudanças sociais progressistas, através da priorização e alocação adequada de recursos.

PROJETO DE LEI Nº 472/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Interdisciplinar de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Será prioridade a implantação nas escolas vinculadas às Coordenadorias Regionais Metropolitanas.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - Formar Grupos de Trabalho para atuar na prevenção da violência nas escolas, analisando suas causas e apontando possíveis soluções;

II - Desenvolver ações educativas e de valorização da vida, dirigidas às crianças, adolescentes e à comunidade;

III - Capacitar a escola para constituir-se em núcleo e centro promotor da paz e da cultura de paz;

IV - Implementar ações voltadas ao combate à violência na escola, com vistas a garantir o exercício pleno da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos;

V - Desenvolver ações que fortaleçam o vínculo entre a comunidade e a escola;

VI - Garantir a formação de todos os integrantes do Grupo de Trabalho, aí incluídos o corpo docente, os servidores operacionais da rede de ensino, bem como os membros da comunidade, para prepará-los para a prevenção da violência na escola;

VII - Criar espaços de apoio à crianças, adolescentes e jovens vítimas da violência.

Parágrafo Único. Os Grupos de Trabalho, tratados no inciso I deste artigo, serão abertos e formados por professores, funcionários, especialistas da área de Educação, pais, alunos e representantes da comunidade ligada a cada escola.

Art. 3º As ações do programa serão desenvolvidas através do Núcleo Central, Núcleos Regionais e Grupos de Trabalho, conforme previstos na presente lei.

Art. 4º O Núcleo Central, ligado à Secretaria de Educação, trará as diretrizes, dará suporte ao desenvolvimento e terá composição intersecretarial e multiprofissional, com a participação de:

I - técnicos das Secretarias Estaduais:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) da Infância e da Juventude;
- d) da Justiça e Direitos do Cidadão;
- e) da Segurança Pública.

II - técnicos de entidades não governamentais:

- a) Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade do Estado do Paraná;
- b) Comissão de Direitos Humanos de Ordem dos Advogados do Brasil;
- c) UNESCO;
- d) Demais entidades, que possam contribuir nas áreas da Psicologia, das Ciências Sociais e Jurídicas, abrangidas pelo programa.

Parágrafo Único. O Núcleo Central garantirá a realização de estudos e pesquisas e a divulgação do material produzido nas unidades escolares.

Art. 5º Os Núcleos Regionais, ligados às Coordenadorias Regionais, estabelecerão conexão entre o Núcleo Central e os Grupos de Trabalho e darão retaguarda às ações de intervenção, podendo ter a seguinte composição:

I - técnicos das seguintes Secretarias de Estado E dos Municípios:

- a) da Educação;
 - b) da Saúde;
 - c) da Criança, Família e Bem-Estar Social e das Secretarias Municipais da Promoção Social;
 - d) da Justiça e da Defesa da Cidadania e das Secretarias Municipais de Assuntos Jurídicos;
 - e) de Segurança Pública.
- II - representantes dos seguintes órgãos e entidades:
- a) Estudantis;
 - b) Conselhos Municipais de Educação;
 - c) Conselhos Municipais de Saúde;
 - d) Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - e) Conselhos Tutelares;
 - f) Promotorias da Infância e da Juventude;
 - g) Associações de Moradores;
 - h) Demais representantes da sociedade civil e de entidades públicas ou privadas que possam contribuir para os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos contidos no programa.

Art. 6º Os Grupos de Trabalho compostos na forma do parágrafo único do artigo 2º, atuarão nas unidades escolares e contarão com a retaguarda do Núcleo Regional e com suporte do Núcleo Central.

Art. 7º O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com entidades governamentais ou não, obedecidos os requisitos legais que possam subsidiar o trabalho dos Grupos de Trabalho nas escolas.

Art. 8º O programa poderá ser estendido às escolas particulares que constituírem Grupo de Trabalho na forma desta lei.

Art. 9º Ao Poder Executivo caberá regulamentar esta lei com a maior brevidade possível.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de cada órgão público envolvido no programa.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

As escolas sofrem, no seu cotidiano, vários tipos de violência, como depredações, furtos de merendas e equipamentos, agressões a usuários e funcionários, ameaças, consumo e tráfico de drogas, invasões dos prédios para lazer ou prática de outros atos infracionais. Dados recentes indicam que os acusados dos atos de agressão à escola são, vias de regra, jovens ex-alunos, moradores do bairro, portanto, membros da

comunidade. Da condição de ex-alunos, passam a ser considerados pela escola como “delinquentes” ou “elementos suspeitos”.

As drogas, lícitas ou não, também chegam à escola. Cada vez mais o Diretor e o professor se deparam com o uso de álcool entre os jovens, num primeiro momento. Todavia, os educandos não foram preparados para orientar ou encaminhar esses jovens para atendimento extra-escola e tampouco contam com estrutura que dê conta dessa demanda. Além do uso de álcool, o uso de outras drogas está assustando muito a comunidade e a escola não sabe lidar com as consequências do seu uso. Algumas delas, como desinteresse e absenteísmo, levam o aluno ao abandono dos estudos e ajudam a elevar os números da evasão escolar e repetência. A própria ineficácia do sistema propicia, em parte, as perdas por evasão e repetência, daqueles que serão os futuros cidadãos.

Preocupados com o problema da violência, vivenciado em quase todos os municípios do estado, apresentamos a presente proposição visando colocar à disposição da sociedade um instrumento prático de prevenção para fazer face a tal problema.

PROJETO DE LEI Nº 473/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no estado do Paraná a Delegacia Especializada no Combate a Crimes Raciais.

Art. 2º O Poder Executivo através da Secretaria de Segurança regulamentará presente propositura.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que visa, a criação da Delegacia Especializada no Combate a Crimes Raciais.

Tem como objetivo de facilitar o registro de queixas por discriminação e reduzir a impunidade, além das ofensas contra negros, as delegacias também vão registrar e investigar crimes contra integrantes de outras minorias étnico, como cigano, judeus e evangélicos, que também são alvo de discriminação. Todos, tem dificuldade em registrar queixa por racismo nas delegacias convencionais “Há falta de preparo e má vontade dos policiais”, diz. “Em alguns casos, a vítima acaba sendo processada por calúnia”.

Outro problema na mira das novas delegacias é o aumento do registro de casos de intolerância contra cultos afro-brasileiros.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 474/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Instituto Estadual de Hematologia - HEMEPAR deverá instalar bancos de coleta de sangue humano em quartéis e outras instalações das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, destinados aos integrantes daquelas Corporações, bem como a seus dependentes, que se apresentem como doadores voluntários.

§ 1º Excepcionalmente, a critério dos responsáveis pela coleta do sangue e pelo das instalações utilizadas, poderão ser atendidos outros doadores não definidos no *caput*.

§ 2º A execução do disposto neste artigo far-se-á mediante contato prévio da Direção do HEMEPAR como Comandantes e Diretor das Corporações mencionadas.

Art. 2º A instalação e operacionalização deverão seguir rigorosamente as normas contidas na Resolução RDC nº 343 de 13/12/02 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por dotações orçamentárias do HEMEPAR, podendo o mesmo firmar convênios para essa finalidade.

Art. 4º O material coletado em conformidade com o disposto nesta lei será, obrigatoriamente, disponibilizado, em um mínimo de 50% (cinquenta por cento), às unidades hospitalares das Corporações as quais pertencam os doadores ou por elas indicadas.

Parágrafo Único. O controle das quantidades definido neste artigo será realizado, em conjunto, por servidores das Corporações interessadas e do HEMEPAR.

Art. 5º O doador será dispensado de qualquer atividade nos dias da doação e seguinte.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem por fim atenuar a grande necessidade dos hospitais do estado do Paraná em sangue humano (plasma) para os mais variados fins médicos.

A referência da utilização de unidades nos quartéis e em outras instalações das Polícias e do Corpo de Bombeiros decorre da existência de grande número de integrantes daquelas Corporações, em sua maioria, em ótimas condições de saúde, bom porte físico e, quase sempre, comprometidos com causas sociais, o que os tornam potenciais doadores, além de descentralizar os bancos de coletas.

Outrossim, é de conhecimento público que nas unidades hospitalares dessas Corporações, quando há necessidade de sangue para realização de algum ato cirúrgico, são constantes as convocações para cooptar doadores de reposição, tendo em vista a indisponibilidade em seus estoques.

Ainda, diuturnamente, tem-se conhecimento de inúmeros casos de suspensões de intervenções cirúrgicas, remarcadas para meses depois, em razão de falta de sangue nos estoques do HEMEPAR, ocasionando grandes transtornos, às vezes irreparáveis, à população.

Dessa forma, conto com o apoio de meus Pares, para aprovar este projeto, contribuindo na redução da carência de sangue nos hospitais públicos do estado do Paraná e, em especial, nas unidades das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros.

PROJETO DE LEI Nº 475/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria o programa móvel e itinerante de coleta de sangue e cadastramento de doadores de órgãos, tecidos e medula no estado do Paraná, com a finalidade de atender e suprir às necessidades, prioritariamente dos cidadãos deste estado.

Parágrafo Único. Os veículos a serem utilizados nesse programa de Coleta Externa deverão ter equipe qualificada, treinadas e todos os equipamentos necessários à preservação da qualidade e segurança do sangue coletado.

Art. 2º O Poder Executivo Estadual fica autorizado a firmar convênio com o Poder Executivo Federal para viabilizar a implantação do programa móvel e itinerante de coleta de sangue e cadastramento de doadores de órgãos, tecidos e medula, através do Ministério da Saúde.

Art. 3º O programa móvel e itinerante de coleta de sangue e cadastramento de doadores de órgãos, tecidos e medula atuará prioritariamente nos municípios do interior do estado do Paraná, permitindo a colaboração dos cidadãos na manutenção do estoque de sangue e permitindo o cadastramento dos que desejarem fazer doação de órgãos, tecidos e medula.

Parágrafo Único. Será divulgado amplamente o calendário das cidades que serão visitadas pelo programa de coleta móvel de sangue, para o conhecimento das pessoas que desejam fazer doação e cadastro.

Art. 4º O Poder Executivo designará órgão municipal competente para exercer a fiscalização das disposições desta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta de dotação orçamentárias próprias.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/11/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente projeto de lei porque vivemos num país de dimensões continentais; não dá para ficar esperando o Governo central agir. Assim, é importante às ações de todos os entes federados e acima de tudo, a interiorização das ações de coleta de sangue, uma vez que no interior, mesmo querendo fazer doação, o cidadão não tem onde e nem equipes preparadas para a adequada coleta e preservação.

É importante unirmos esforços para agilizar a implantação desse programa, inclusive via convênio visando liberação dos recursos da união. Trata-se de ação no sentido de preservar e proteger a saúde do cidadão, que só o Poder Público tem condições de fazer, dentro das suas atribuições. Assim, a implementação do programa de que trata esta lei ampliará a hemorrede pública de coleta de sangue através do serviço móvel devidamente adaptado e fiscalizado e cadastramento de doadores de órgãos e medula.

“Entrevista da Dra. Maria Angélica Soares¹ ao Dr. Drauzio Varella sobre doação de sangue

Ninguém está livre de precisar de uma transfusão de sangue. Ninguém está livre de sofrer um acidente, de passar por uma cirurgia ou por um procedimento médico em que a transfusão seja absolutamente indispensável.

Como não existe sangue sintético produzido em laboratórios, quem precisa de transfusão tem de contar com a boa vontade de doadores, uma vez que nada substitui o sangue retirado das veias de outro ser humano.

Todos sabemos que é importante doar sangue. Mas, quando chega a nossa vez, sempre encontramos uma desculpa: hoje está frio ou não estou disposto; nesses últimos dias tenho trabalhado muito e ando cansado; será que este sangue não me vai fazer falta... - e vamos adiando a doação que poderia salvar a vida de uma pessoa.

Sempre é bom frisar que o sangue doado não faz a menor falta para o doador. Consequentemente, nada justifica que as pessoas deixem de doá-lo. O processo é simples, rápido e seguro.

Componentes do Sangue

Dr. Drauzio - *Quais são os elementos do sangue que dão frações úteis para os bancos de sangue?*

1. Dra. Maria Angélica Soares é médica, coordenadora do Hemocentro do Hospital São Paulo da Esp, Universidade Federal do Estado de São Paulo.

Dra. Maria Angélica Soares - *Uma das coisas mais importantes que aconteceram nos últimos anos desde o advento da bolsa plástica de coleta de sangue (antigamente o sangue era coletado em frascos de vidro), foi a possibilidade de dividir o sangue em porções de acordo com a finalidade a que se destinam.*

Primeiro separa-se o concentrado de hemácias, ou seja, o concentrado de glóbulos vermelhos, entre todos o componente mais conhecido que é utilizado em pessoas com anemia, que sofreram acidentes ou passaram por cirurgias.

Depois, retira-se o concentrado de plaquetas, componente fundamental no tratamento de câncer, nas quimioterapias e nos transplantes, principalmente transplante de medula óssea. O terceiro componente é o plasma. Embora menos utilizado atualmente, ele é fundamental para alguns problemas de coagulação. O quarto é o crioprecipitado, menos utilizado ainda, porque hoje contamos com a possibilidade de fabricar fatores específicos para hemofílicos e pessoas com alterações graves de coagulação.

Portanto, numa única doação de sangue podemos obter quatro componentes diferentes que são utilizados em quatro situações clínicas importantes, cada um deles com uma característica própria de armazenamento e duração.

Dr. Drauzio - *Do ponto de vista laboratorial, como são separados esses quatro componentes?*

Dra. Maria Angélica Soares - *A pessoa doa 400ml, um pouco menos de meio litro de sangue. A bolsa vai para o laboratório onde passa por um processo de centrifugação, ou seja, é colocada numa centrífuga semelhante às que existem em casa. À medida que o aparelho gira, as partículas mais pesadas do sangue, isto é, os glóbulos vermelhos, depositam-se no fundo, e o componente líquido mais leve, ou plasma, fica sobrenadante na parte superior. Imagine um copo de suco muito grosso em que as partículas mais pesadas se depositam no fundo e o líquido ocupa a parte superior. É mais ou menos isso o que acontece com o sangue doado. A seguir, o concentrado de hemácias é guardado na geladeira e o plasma submetido à nova centrifugação para separar as plaquetas que vão parar no fundo da bolsa. Esse plasma pode ser ainda congelado a fim de obter o quarto elemento, o crioprecipitado.*

É importante explicar que essas bolsas são ligadas umas às outras, o que facilita a separação dos componentes. Em algumas situações, porém, o sangue não é fracionado, é mantido como sangue total.

Dr. Drauzio - *Quanto tempo leva esse processo?*

Dra. Maria Angélica Soares - *São necessárias em média seis horas para fazer esse processamento inicial. No dia seguinte, depois de prontos todos os testes, o componente fracionado estará sendo transfundido para o receptor. Para ter uma idéia, as plaquetas duram apenas cinco dias e acabam depressa nos bancos de sangue.*

Dr. Drauzio - *Quanto tempo duram as hemácias?*

Dra. Maria Angélica Soares - *Trinta e cinco ou quarenta e dois dias, dependendo da bolsa utilizada, que*

precisa ter características especiais para a conservação dos componentes, principalmente das hemácias. No Brasil, a maioria dos bancos de sangue utiliza bolsas que duram 35 dias.

Dr. Drauzio - No passado, todas as transfusões eram feitas com sangue total, o que era um enorme desperdício.

Dra. Maria Angélica Soares - E não era só por isso. Os frascos eram de vidro, caíam, quebravam e perdia-se todo o sangue. Hoje, ele fica armazenado em bolsas plásticas dentro de geladeiras especiais, com controle constante de temperatura. Nos últimos anos, a vigilância tem ficado cada vez mais severa, o que é bom para garantir a qualidade dos componentes sanguíneos que serão transfundidos.

Pré-requisitos para doação

A pessoa precisa levar um documento de identificação e preencher um cadastro. Depois, faz um teste para ver se está com anemia. Basta um furinho no dedo para determinar o hematócrito (quantidade de hemácias no volume total de sangue) e saber se está em condições de doar sangue. Às vezes, não está anêmica, mas o meio litro de sangue que será retirado poderá fazer-lhe falta. Em seguida, mede-se a pressão arterial, o pulso e a temperatura.

O próximo passo é uma entrevista chamada triagem clínica, cuja finalidade é avaliar os antecedentes patológicos e os possíveis fatores de risco daquele candidato à doação. Essa entrevista é baseada numa portaria, numa legislação que rege a doação de sangue no Brasil. Não é um interrogatório para investigar a vida das pessoas. São perguntas para proteger quem está doando e para conscientizar o doador de que a pessoa que vai receber o sangue precisa ficar bem e não ter problemas depois. É importante lembrar que, apesar de feita a sorologia (testes para as doenças infecciosas), existem ainda doenças, como certos tipos de hepatite, para as quais não há triagem e que podem representar risco para o receptor. Há ainda, janelas imunológicas - o teste demora algum tempo depois da infecção para ficar alterado - que precisam ser respeitadas, por menores que sejam elas.

No Brasil, existe ainda um procedimento que se chama auto-exclusão. A pessoa passou pela entrevista e vai doar o sangue. Se não conseguiu ou não quis ser totalmente sincera na entrevista e achar que seu sangue não deve ser utilizado para transfusão porque oferece algum risco, tem a oportunidade de fazê-lo de maneira sigilosa naquele momento. Basta assinalar num papel ou registrar eletronicamente que aquela bolsa deve ser excluída. É uma oportunidade que a pessoa tem de voltar atrás sem se expor ao profissional que está entrevistando.

Dr. Drauzio - Quanto tempo toma essa entrevista?

Dra. Maria Angélica Soares - Uns cinco minutos. O pessoal é treinado e as perguntas são objetivas. É sim ou não. Algumas situações impedem a doação só naquele momento. Eventualmente uma vacina ou medicação. nesse caso, a pessoa é convidada a voltar dias mais tarde.

Testes preventivos

Dr. Drauzio - Quando e quais são feitos os testes na amostra de sangue?

Dra. Maria Angélica Soares - retirada a bolsa, não se desconecta a agulha para tirar amostras de sangue nos tubos para os testes necessários. São testes necessários. São testes para doenças infecciosas como AIDS, hepatite C e B, doença de Chagas e HTLV, um vírus menos freqüente, mais importante nas transfusões. Para a AIDS, particularmente, são feitos dois testes.

Há dois anos, fazia-se também a TGP, uma enzima hepática para indicar a ocorrência de outros tipos de hepatite. Atualmente, a legislação brasileira dispensou esse procedimento.

São feitos também testes para sífilis - infelizmente, muito doador tem a doença, não sabe e, portanto, nunca se tratou - e para determinar o grupo sanguíneo e se o fator RH é positivo ou negativo.

Esses testes têm a finalidade de proteger quem vai receber o sangue. São de triagem e não de diagnóstico. No entanto, havendo qualquer dúvida, ninguém diz: olhe, seu teste de HIV deu positivo. O doador é chamado a repetir o exame a fim de confirmar o resultado. Muitas vezes, isso é confundido com erro, mas é apenas uma triagem inicial.

Coleta de sangue

Dr. Drauzio - Como se coleta o sangue para doação?

Dra. Maria Angélica Soares - Preenchidos esses requisitos, começa a coleta de sangue propriamente dita. Em no máximo 10 minutos, é feita a punção na veia do braço, recolhe-se o sangue na bolsa e nos dois tubinhos que vão ser encaminhados para os testes. Aguarda-se um pouco, o doador vai tomar um lanche para repor líquido e é dispensado. Apenas uma minoria apresenta algum sintoma, um pouco de tontura ou de enjôo, em geral na primeira doação. O emocional é muito importante nessa hora. É comum a pessoa estar preocupada com o familiar doente. Por isso, suas dúvidas precisam ser esclarecidas antes da doação.

Dr. Drauzio - Tem gente que passa mal só de ver o próprio sangue. Às vezes isso acontece no laboratório, quando vão colher um tubinho de 10ml apenas. É comum encontrar pessoas que se sentem mal durante a doação?

Dra. Maria Angélica Soares - Na verdade, as pessoas nem vêem o sangue que está sendo coletado. A bolsa fica fora do alcance da visão. Além disso, o pessoal que faz a punção é treinado para conversar com o doador e distraí-lo. Às vezes, porém, algumas pessoas passam mal. Em geral, são as que não se alimentaram direito antes da doação. Existe o mito de que se deve doar sangue em jejum, como é exigido em grande parte dos exames feitos nos laboratórios. Está errado. A pessoa deve comer antes de doar sangue. Voltando aos doadores que sentem algum mal-estar, geralmente os postos de coleta têm cadeiras gostosas de sentar e flexíveis como as dos dentistas que levantam para retornar um pouquinho o sangue ou, então, lhes é oferecido um copo de suco para melhorar a hidratação.

Exigências para a doação

Dr. Drauzio - Muita gente se recusa a doar sangue porque acha que lhes fará falta o meio litro que será tirado. O que representa esse meio litro no volume total de sangue que circula pelo organismo?

Dra. Maria Angélica Soares - Uma das exigências para a doação de sangue é o doador pesar pelo menos 50kg, porque está estabelecido que se pode retirar no máximo 9ml de sangue por quilo de peso. Portanto, com 50kg, ele pode doar uma bolsa com 450ml sem nenhuma repercussão negativa para o organismo.

Observe, por exemplo o que acontece com as plaquetas, elementos sangüíneos importantes para a coagulação. Elas funcionam como tampões iniciais quando ocorre um sangramento. É como se um dique tivesse arrebentado e fossem colocadas pedras para conter a água. As plaquetas são repostas imediatamente na circulação, porque o baço é um reservatório enorme de plaquetas. São repostas tão depressa que há procedimentos para coletar apenas as plaquetas do sangue de uma pessoa. A mesma coisa acontece com a reposição dos glóbulos vermelhos que se recompõem num curto espaço de tempo.

Por isso, ninguém chega e vai diretamente doar sangue. Na triagem inicial, são observados critérios excludentes como peso, pressão arterial, hematócitos para identificar casos de anemia.

Dr. Drauzio - Qual é o volume médio de sangue que uma pessoa tem no corpo?

Dra. Maria Angélica Soares - De quatro a cinco litros de sangue aproximadamente. Na verdade, só se colhem um décimo do volume de sangue existente.

Critérios para a doação

Dr. Drauzio - Quais são as pessoas que não podem e não devem doar sangue?

Dra. Maria Angélica Soares - A lista não é pequena. Não podem doar sangue pessoas:

1) que tiveram hepatite depois dos 10 anos de idade. Antes dessa idade, a doença não é empecilho porque provavelmente se trata de hepatite A, cujo vírus é eliminado por completo do organismo;

2) que tiveram hepatite B ou C, os portadores do vírus da AIDS ou de alguma doença infecciosa transmitida pelo sangue;

3) com diabetes que usam insulina ou anti-hipoglicemiantes por via oral; mulheres grávidas ou que estão amamentando;

4) com febre, peso abaixo de 50kg, com mais de 65 anos ou que tiveram perda inexplicada de 10% do peso em um mês;

5) com epilepsia ou crises de asma;

6) que tenham se submetido a grandes cirurgias, recebido transfusão, feito tatuagem ou colocado piercing há menos de um ano.

Dr. Drauzio - Por que tatuagem e piercing impedem a doação?

Dra. Maria Angélica Soares - Não é nada contra a tatuagem ou o piercing em si. Infelizmente há casos de transmissão de algumas doenças por esses tipos de procedimentos. Hoje, o prazo é só de um ano mas chegou a ser de dez anos, porque as técnicas eram por demais artesanais.

Por que um ano agora? Porque esse tempo é suficiente para um teste revelar que houve contaminação pelo vírus, da hepatite, por exemplo. A pessoa pode não estar doente, mas o teste ser positivo e o sangue não servir para a doação.

Dr. Drauzio - Pessoas hipertensas podem doar sangue?

Dra. Maria Angélica Soares - Podem, desde que a hipertensão esteja controlada.

Dr. Drauzio - Existe alguma outra situação que impeça o indivíduo de doar sangue?

Dra. Maria Angélica Soares - Pessoas que estão fazendo regimes violentos para emagrecer, com problemas de tireóide ou quadros clínicos graves não devem doar sangue. Cada caso, porém, será discutido e avaliado pelo médico do setor. No entanto, a maioria das pessoas não tem nada, está bem de saúde e, portanto, pode doar sangue sem problema. É comum sermos consultados se o uso de medicamentos impede a doação. Em si a medicação não funciona como empecilho, mas é preciso saber por que ela está sendo utilizada.

Quem está tomando antibiótico não deve doar porque tem uma infecção. Já a aspirina e os anti-inflamatórios não interferem. O único cuidado que não do banco de sangue vamos ter no fracionamento da bolsa é desprezar as plaquetas das pessoas que tomam aspirina porque a ação coagulante não será adequada.

Dr. Drauzio - Qual é o intervalo entre uma doação e outra?

Dra. Maria Angélica Soares - Para os homens é de dois meses; para as mulheres, três meses e dos 60 até os 65 anos, seis meses.

Razões para a doação

Dr. Drauzio - O que leva as pessoas a doarem sangue?

Dra. Maria Angélica Soares - Na verdade, algumas vezes os teste são usados como motivação para o indivíduo doar sangue, o que não deve ser feito. Doação de sangue não triagem clínica de check-up. Existem locais em que se pode fazer de forma anônima os teste das hepatites B e C e para HIV, por exemplo.

Estamos querendo mudar esse tipo de mentalidade na população brasileira. Não é fácil, mas estamos conseguindo. Digo nós, porque é um esforço de todos que trabalham com doação de sangue. Nosso objetivo é convencer as pessoas saudáveis a procurarem os bancos de sangue voluntariamente.

Muitas vezes, porém, a primeira doação está vinculada a algum conhecido doente, em geral, a laços de parentesco. Depois, vendo que nada de extraordinário acontece, a pessoa volta para doar novamente.

Dr. Drauzio - Quer dizer que, na maioria das vezes, as pessoas começam a doar sangue porque são requisitadas quando um parente internado no hospital precisa de transfusão?

Dra. Maria Angélica Soares - Há alguns anos, no Brasil, estamos tentando fazer com que a doação seja voluntária, como é em alguns países mais adiantados. Na verdade, atualmente, em alguns postos de coleta, os doadores voluntários são em maior número do que os doadores relacionados e está aumentando o número de doadores fidelizados, aqueles que voltam periodicamente ao banco de sangue para fazer a doação.

No entanto, muitas vezes, a primeira doação está relacionada com a necessidade de um parente, de um amigo ou com uma convocação pela mídia. Quando ocorreu, por exemplo, aquela catástrofe num shopping center de Osasco, o número de doações de sangue cresceu muito naquele dia e nos dois ou três dias subsequentes. As pessoas estavam sensibilizadas pelo acontecimento, havia muita gente machucada sendo removida para vários hospitais, inclusive para hospitais de São Paulo. Esse fator motivante pode ter despertado a vontade de novas doações. De qualquer modo, é preciso sempre lembrar que precisamos de sangue. Esfriou, cai a doação. Meses de férias, fim de ano, algum fato que quebre a rotina são motivos suficientes para diminuir o número de doadores.

Importância da doação

Dr. Drauzio - Por que é importante doar sangue? Para que serve esse sangue doado?

Dra. Maria Angélica Soares - As pessoas podem pensar - Por que vou doar sangue se não houve um World Trade Center nem outra catástrofe por aqui?

É preciso doar porque os hospitais grandes onde são tratados todos os tipos de pacientes necessitam de sangue disponível em qualidade e quantidade adequada. Se não houver sangue num hospital, as cirurgias serão canceladas. Pacientes submetidos a cirurgias cardíacas, transplantes de rins, de fígado e de medula óssea entre outras, necessitam muito de sangue e de plaquetas e será enorme o ônus se tais procedimentos forem adiados. Se o doente fizer quimioterapia, por exemplo, e não receber o suporte da transfusão, poderá não superar o tratamento.

As pessoas precisam entender que devem doar sangue não só atendendo ao apelo de que os estoques estão acabando. É preciso pensar que os estoques têm que estar nos níveis adequados para o primeiro atendimento caso aconteça um imprevisto, uma catástrofe (o que eu espero não ocorra nunca).

Sangue não sobra. Ninguém deve imaginar que o tipo de seu sangue é comum e que por isso não precisa doar. Precisa, sim, porque esse sangue vai fazer falta.

Dr. Drauzio - O sangue doado tem sempre utilidade.

Dra. Maria Angélica Soares - No dia seguinte à doação, se os testes forem negativos, ele estará no braço de alguém ajudando a salvar uma vida."

A partir dessas diretrizes é que tenho a honra de submeter ao exame e consideração da Assembléia Legislativa do Paraná o presente projeto de lei solicitando o apoio dos Deputados desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesse último final de semana os membros da CCJ e Deputados das regiões oeste e sudoeste participamos de algumas Audiências Públicas para tratar da reforma tributária. E um assunto veio à tona e não diz respeito à reforma tributária, mas envolve milhares de paranaenses. E, toda vez que envolve pequenos produtores, qualquer notícia vira comentário e depois vira fato.

Tivemos, dias atrás, uma cobrança do Líder da Oposição, para que o Governo tivesse a sensibilidade e não obrigasse os produtores do Paraná a se recadastrar na COPEL, demonstrar que a propriedade é produtiva para ter o benefício da energia elétrica rural.

Isso gerou confusões, pois pensaram que se tratava de cadastramento da nota fiscal de produtor. Motivo pelo qual contatei com o Presidente desta Casa e agendamos, para o Grande Expediente, para que o Coordenador do Projeto da Nota Fiscal venha a esta Casa falar do projeto e esclarecer que uma coisa não tem nada a ver com a outra, que é um projeto que termina em dezembro, e todos terão que se cadastrar. Mas em nada tem a ver com a energia elétrica rural da COPEL.

O Governo recuou e deixou a energia elétrica rural sem qualquer tipo de cadastramento.

Segundo informações que tenho, a COPEL usará, sim, na sequência, o cadastro de quem tem a nota fiscal de produtor rural. O que facilitará a vida de milhares de produtores do Paraná, sem ter a burocracia de confirmar que são produtores para ter o benefício da energia elétrica rural. Mas terão, sim, que se cadastrar.

Gostaria de convidar a todos para estarem presentes no Grande Expediente de quinta-feira, principalmente a imprensa, até porque é um assunto palpitante e tem muito interesse no estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus; 2ª Secretária Deputada Luciana Rafagnin; 1º Secretário Deputado Chico Noroeste; Deputado Carlos Simões; Sra. e Srs. Deputados.

Hoje, tive a satisfação de assistir uma aula e gostaria de reproduzir para o estado do Paraná tudo que aprendi, tudo que ouvi. Hoje, o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Gilberto Martin, apresentou na “escolinha” uma aula muito importante. Gostaria que todos os Deputados, Deputado Anibelli, Deputado Artagão, Deputado Teruo Kato, Deputado Jonas, Deputado Dobrandino, acompanhassem o videotape, ou pedissem uma cópia dessa aula. Foi uma aula muito importante, na qual o Secretário falou muito sobre transplantes de órgãos, salvar vidas, pessoas com risco de vida, pessoas que têm dificuldade para sobrevivência. Não risco de morte, é risco de vida mesmo.

Vimos o estímulo que a Secretaria de Estado da Saúde está dando para as pessoas que forcem suas famílias a doarem órgãos. Apresentaram um pai de família que perdeu uma filha de aproximadamente 18 anos, num acidente automobilístico, a qual teve morte encefálica. Hoje, em todas as grandes cidades, existe um aparelho que se chama Doppler transcraniano, que detecta a morte cerebral, e temos grandes centros de transplantes. Veja bem, quando se detecta morte cerebral, Deputado Jonas, você pode fazer doação dos seus órgãos para salvar até nove vidas. Quando tem uma morte por problema cardíaco, você pode salvar de três a quatro vidas. Então, por que não aquele estímulo a todas as famílias? Você que está nos assistindo, por que não estimula a todos os membros da sua família, caso ocorra uma morte encefálica, a doação dos órgãos?

Esse mesmo senhor apresentou quatro pessoas que receberam órgãos da sua filha. Ele dizia: “Algo que pertencia a mim ainda está vivo aqui na Terra!” Sete pessoas agradecendo, sete pessoas com transplante de córnea, de rim, de pâncreas e fígado. As pessoas nem esperavam e hoje têm uma vida normal, Deputado Elton Welter, uma vida normal, com a simples doação. Vejam bem, Deputada Rosane, quantas crianças já nascem com hepatite ou adquirem hepatite e a mãe, que é uma grande heroína - isso a mãe faz, até acho que o pai não tem essa coragem - a mãe doa a metade do fígado para o seu filho. Eu pergunto aos Srs. pais: você tem coragem de doar metade do seu fígado para o seu filho? Tenho certeza que a mãe faz isso e salva-se uma vida.

Quero parabenizar o Governo, o Secretário de Estado da Saúde, por essa iniciativa da Secretaria de Estado da Saúde de estimular, em todo o estado, para que as pessoas realmente se conscientizem de que com a morte encefálica você pode salvar tantas vidas. É um apelo que faço, Sr. Presidente Nelson Justus, e faça nas minhas palestras em Maringá, em toda a região de

Maringá, quando fazemos palestras de medicina preventiva. Eu sempre bati nessa tecla para que todos nós no estado do Paraná, assumamos compromissos com a nossa própria família para, caso ocorra uma morte na família, você tenha o bom senso, tenha um pouquinho de fé, tenha o coração voltado principalmente para aquelas pessoas que necessitam.

O estado do Paraná, hoje, é o segundo estado do país em transplante de órgãos, ou seja, a população paranaense está de parabéns, porque o paranaense é um ser humano voltado principalmente para os sentimentos da vida, para que os que correm risco de morte tenham as suas vidas salvas.

Muito obrigado pela oportunidade.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Grande Expediente: com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Na tarde de hoje protocolo dois requerimentos nesta Casa, em razão de episódios que ocorreram no que se refere ao cartório de Ponta Grossa, 2º Registro, que de forma estranha alguns fatos ocorreram em Ponta Grossa. Espero que esta Casa, no dia de hoje, aprove este requerimento que vai dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O teor do requerimento é o seguinte:

(Lê):

“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antônio Vidal Coelho, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes ao Cartorário Álvaro de Quadros Neto:

1. Para quais cartórios o citado cartorário foi designado nos últimos cinco anos?

2. Em quantos cartórios é oficial titular ou substituto atualmente?

3. Quais os motivos para a retomada da titularidade do 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa, em substituição à Sra. Marlou Santos Lima Pilatti?

4. Qual a data da nomeação do cartorário para o 2º Registro de Imóveis? Favor anexar cópia do instrumento de designação.

5. Quem foi o responsável pela designação do mesmo para o citado cartório?

6. Já houve o cancelamento da titularidade do referido cartório no Tabelionato de Notas do Pinheirinho e 12º Tabelionato de Notas, ambos em Curitiba?

7. Qual a data de criação do 3º Registro de Imóveis de Ponta Grossa e em que fase encontra-se a instalação do mesmo?

8. Consta que o referido cartório tem opção pela titularidade do 3º Registro de Imóveis de Ponta Grossa. Questionamos qual o respaldo legal para que fosse feita tal opção?"

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antônio Vidal Coelho, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes ao afastamento da oficial substituta do Cartório do 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa, Sra. Marlou Santos Lima Pilatti:

1. Há quanto tempo a oficial substituta acima citada estava à frente do 2º Registro e Imóveis de Ponta Grossa?

2. Quem foi o responsável pela designação dela frente ao citado cartório?

3. Qual a razão do seu afastamento ocorrido na data de 03/11/08?

4. Quem é o titular da locação do imóvel que serve de sede para o referido cartório e qual o valor do aluguel? De que forma é efetuado o pagamento?

5. A quem cabe gerir os recursos financeiros auferidos pelo citado cartório? Em que conta eram depositados?

6. De que forma o oficial titular do cartório, Sr. Álvaro Quadros Neto, recebia sua retirada mensal (depósito bancário, espécie ou cheque nominal)?

7. Quem era responsável pela contratação dos funcionários do cartório e o pagamento de seus salários?

8. A quem cabia e como eram feitos os recolhimentos de taxas devidas (FUNREJUS, CPC, INSS, FGTS)?

9. Já houve designação de novo oficial substituto para o 2º Registro de Imóveis?

10. Em caso afirmativo, quem é o novo designado? Onde reside? Há quanto tempo exerce as funções cartorárias? favor anexar cópia do documento de designação."

Sr. Presidente, são dois requerimentos que estou encaminhando à Casa, hoje, para esclarecermos o que houve com esse 2º Registro de Ponta Grossa, que de forma estranha, a substituta foi desalojada do cartório. Hoje um jornal publica em Ponta Grossa que houve fraude. Nós precisamos fiscalizar.

Espero que esta Casa aprove estes requerimentos, para que o Tribunal de Justiça possa nos informar qual a medida e o que foi feito em relação a esses cartórios. Porque o que vimos, aqui, é que existe um supercartório agindo, que tem dois ou três cartórios no estado do

Paraná. Quero saber se isso definitivamente é justo. Que o Tribunal de Contas nos dê essa informação, se pode haver um supercartório, ter um cartório em Ponta Grossa, dois em Curitiba, recebendo uma quantia elevadíssima. Espero que o Eminentíssimo Presidente, Dr. Vidal, possa com toda a transparência que cabe ao Poder Judiciário, nos fornecer essas informações, que são de fundamental importância para entendermos o que aconteceu com o cartório de Ponta Grossa e de que forma um cidadão pode ter três cartórios ao mesmo tempo. Seria como um Deputado ter três cartórios ao mesmo tempo.

Por outro lado, ainda na espera do Poder Judiciário, quero chamar a atenção dos funcionários públicos do estado do Paraná. Venho há muito tempo brigando com alguma coisa que vai mexer com o bolso dos servidores do estado do Paraná. Agora, a notícia boa que o Tribunal de Justiça está fazendo. O fato de o Deputado estar presente em 100% das Sessões - Deputado não é só fazer projeto - muitas vezes estou escrevendo aqui, mas como tenho um olho e um ouvido de radialista presto atenção em tudo o que acontece nesta Casa. Por isso, não faltei a nenhuma Sessão desde o ano passado e nem neste ano, aqui na Casa.

Ontem, deu entrada nesta Casa, um projeto que chamo de uma pérola do Poder Judiciário. Espero que baseado na isonomia que determina a Constituição Federal, artigo 37, este mesmo projeto sirva para os demais servidores do estado do Paraná. Fico muito atento ao expediente, porque ele nos mostra o que temos para discutir aqui. Está de parabéns o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Dr. Vidal Coelho, que está começando a pagar a URV dos seus funcionários. Neste projeto consta, Deputado Artagão, aquilo que há muito tempo eu vinha chamando a atenção deste estado, que alguns tinham recebido. Mas que os mais pobrezinhos, os funcionários de segundo escalão não haviam recebido a URV. E agora está aqui, projeto de lei que passo a ler, Srs. Deputados, Srs. funcionários públicos do estado, Exmo. Sr. Governador de Dubai, Requião, que voltou agora de Dubai, chegou de uma viagem, está animado. Está lá ainda? Então deve estar ouvindo pela internet. Ele tem alta tecnologia, no Japão, na China, onde estiver. Esta Casa autorizou, é direito dele, pode ir até para Marte se tiver vôo. Mas, enfim, aqui está aquilo que eu vinha brigando há muito tempo.

O Tribunal de Justiça do Paraná está concedendo, prestem atenção Srs. Deputados, Srs. membros da imprensa, isso é uma pérola: o Tribunal de Justiça está dando 11% de reajuste aos servidores do Judiciário agora, retroativo a outubro. E sabem por quê? É para pagar a diferença da URV. É para pagar a diferença da URV de 1994. E, Deputado Artagão, eu dizia que havia Poderes que já tinham recebido. E neste documento, consta que alguns Poderes já receberam. Só não recebeu o professor, o policial, os funcionários do Poder Judiciário de segundo, terceiro, quarto escalão, a maioria dos funcionários públicos do estado do Paraná e também os

funcionários desta Casa, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Passo a ler agora o projeto de autoria do Poder Judiciário do Estado do Paraná e espero que os demais Poderes sigam o exemplo do Tribunal de Justiça, que mesmo atrasado está a reconhecer que os seus funcionários têm o direito de receber a URV. O projeto é de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

(Lê):

SÚMULA:

Dispõe sobre a adequação nominal dos valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, a partir de 01.10.08.

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos e geradores de pensão, do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do

Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), a partir de 01/10/08, em conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimentos constante do Anexo I desta lei.

Parágrafo Único. O reajuste de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) corresponde à adequação nominal dos valores constantes da Tabela de Níveis de Vencimentos, aprovada pela Lei Estadual nº 15799, de 16/04/08, em decorrência de implementação de diferença relativa à conversão dos salários dos servidores em URV - Unidade Real de Valor, regulada pela Lei Federal nº 8880, de 27/05/94.

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário ou, quando couber, pela ParanaPrevidência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/10/08.

Tabela de Níveis de Vencimentos Anexo I						
Ordem	A	B	C	D	E	F
1	1.126,22	1.451,96	1.859,86	2.345,12	3.466,61	4.472,45
2	1.152,57	1.485,35	1.897,79	2.400,04	3.547,86	4.577,24
3	1.179,54	1.519,51	1.936,53	2.456,28	3.630,96	4.684,47
4	1.207,13	1.554,47	1.981,82	2.513,81	3.716,03	4.794,23
5	1.235,40	1.590,22	2.028,20	2.572,73	3.803,09	4.906,56
6	1.264,30	1.626,79	2.075,66	2.633,01	3.892,21	5.021,52
7	1.293,88	1.664,20	2.124,23	2.694,70	3.983,40	5.139,18
8	1.324,15	1.702,48	2.173,93	2.757,83	4.076,72	5.259,60
9	1.355,14	1.741,64	2.224,81	2.822,43	4.172,26	5.382,81
10	1.386,85	1.781,69	2.276,87	2.888,59	4.270,02	-
11	1.419,30	1.822,66	2.330,16	2.956,28	4.370,05	-

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre o reajuste de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), incidente, a partir de 01/10/08, sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos e geradores de pensão, do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, de conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimento constante do Anexo I do anteprojeto.

A Tabela de Níveis de Vencimentos de que trata o Anexo I deste Anteprojeto substitui àquela constante do Anexo I da Lei Estadual nº 15799, de 16/04/08, e reflete a adequação nominal dos valores constantes da tabela vencimentos, em decorrência de implementação de diferença relativa à conversão dos salários dos servidores

em URV - Unidade Real de Valor, regulada pela Lei Federal nº 8880, de 27/05/94.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná formulou consulta ao Tribunal de Contas do Paraná, objeto do Processo nº 518.820/08, e que resultou no Acórdão nº 1371/08, proferido, por maioria absoluta de votos, pelos membros do Tribunal Pleno na Sessão nº 036, realizada em 02/10/08.

O aludido Acórdão versa sobre a implementação das diferenças concernentes salarial à conversão salarial em URV em razão da vedação do parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar nº 101/00 e foi publicado no AOTC nº 170, de 10/10/08, conforme cópia em anexo.

A referida correção monetária já foi voluntariamente reconhecida aos Magistrados Estaduais (Protocolo

nº 6660/98) e por outros órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, a exemplo da Resolução nº 7210/05 do Tribunal de Contas, do deliberado no protocolado nº 8586/03 pelo Procurador Geral da Justiça do Estado e do Ato da Comissão Executiva nº 1094/06 do Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Conselho Nacional de Justiça, no julgamento do Pedido de Providências 2008.100.0006998, reconheceu como juridicamente consistente e justa a pretensão dos servidores de implementação do percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), em recomposição salarial derivada de conversão dos salários dos servidores em URV - Unidade Real de Valor, regulada pela Lei 8880, de 27/05/94.

o impacto orçamentário-financeiro anual da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir de 01/10/08, está apresentado no Demonstrativo, em anexo, elaborado pelo Departamento Econômico e Financeiro deste Tribunal, para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 17, parágrafo 1º e parágrafo único do artigo 22, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo de Despesa com pessoal, referente ao período setembro de 2007 a agosto de 2008, em anexo, a despesa líquida com pessoal representa 3,54% (três vír-

gula cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, portanto, abaixo do limite definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7%, conforme, artigo 22, parágrafo único).

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada, por maioria de votos, pelo órgão especial deste Tribunal de Justiça, na Sessão Ordinária realizada em 24/10/08.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Departamento Econômico e Financiamento
Divisão de Contadoria Geral
Protocolo Nº 282.428/08
Informação Nº 077/08

Senhor Chefe:

Em cumprimento ao r. despacho retro, e considerando o contido na informação da Divisão da Folha de Pagamento, esclareço que o impacto orçamentário e financeiro em razão da implantação de 11,98% (URV) sobre os vencimentos e proventos dos servidores deste Tribunal, informo que quanto à análise de custo em relação ao limites orçamentários e financeiros nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa em questão é de caráter continuado, conforme a seguir demonstrado:

Períodos	Exercício 2008	Exercício 2009	Exercício 2010
Despesa	9.465.728,00	33.518.142,00	35.606.323,00

Observação: Considerando a projeção de inflação de 6,23% para 2009 e igual percentual para 2010, conforme relatório Focus do BACEN em 17/10/08.

I - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF

O impacto do presente processo, no exercício

e nos dois exercícios seguintes, fica assim demonstrado:

1,00						
	2008	%	2009	%	2010	%
RCL	13.630.605.000		14.900.076.000		16.287.778.000	
DLP	563.783.177	4,14	647.154.656	4,34	706.619.290	4,74
DLP 2	573.248.905	4,21	680.672.799	4,57	742.225.613	4,74

Observação: Para a Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 9,31% conforme média dos anos anteriores, a DLP Despesa Líquida de Pessoal foi calculado com base na soma da despesa atual e os processos que foram informados e a DLP 2 é a soma da despesa DLP mais o custo do presente expediente.

Os limites de despesa com pessoal de acordo com a lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:

1) prudencial, parágrafo único do artigo 22, é de 5,70%;

2) máximo (Tribunal de Justiça), parágrafo 1º do artigo 20, é de 6,00%.

Sob os enfoques das Leis de Orçamento, a presente situação consiste na seguinte análise:

II - Impacto Orçamentário - LOA

Verificando o contido na Lei Orçamentária nº 15750/07 para exercício de 2008, fonte 100 - ordinário não vinculado, constatei a existência de saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação na

fonte 100 - ordinário não vinculado, do projeto/atividade - 0501.02061292.002 Atividades Judiciárias - TJ.

III - Impacto Financeiro - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 15609/07, para o exercício de 2008, no artigo 6º estabelece que o limite de gasto do Poder Judiciário é de 9% da receita líquida.

IV - Plano Plurianual - PPA

A Lei nº 15757/07 que aprovou o Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011 estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com base no percentual de 9% da Receita Líquida, dando guarida à ampliações necessárias ao Poder Judiciário.

Assim sendo, conclui-se que a presente despesa possui adequação orçamentária e financeira com a LOA e é compatível com a LDO e com o PPA.

É a informação.

Seção de Execução Orçamentária, em 22/10/08.

(aa) JOSÉ RENATO MAZZAROTTO -

Chefe da Seção

Visto: Ao Diretor do Departamento Econômico e Financeiro.

Em, 22/10/08.

(a) JOSÉ FERNANDES FERRARI -
Chefe da Divisão de Contadoria Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2007 a Agosto/2008

RGF - Anexo I (LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a")

R\$

Despesas com Pessoal	Despesas Executadas	
	Setembro/07 a Agosto/08	
	Liquidadas (a)	Incritas em restos a pagar não processados (b)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	572.657.727,67	8.757.725,70
Pessoal Ativo	419.266.871,56	6.728.908,84
Pessoal Inativo	153.390.856,11	2.028.816,86
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (parágrafo 1º do artigo 18 da LRF)	-	-
Despesas não computadas (parágrafo 1º do artigo 19 da LRF e Res. nº 7598/02-TC) (II)	87.971.871,91	0,00
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	33.318,93	0,00
(-) Inativos com Recursos Vinculados	3.205.512,12	0,00
(-) Imposto com Renda Retido da Fonte	84.733.040,86	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	484.685.855,76	8.757.725,70
Despesa Total com Pessoal - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	493.443.581,46	
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	Valor	
Receita Corrente Líquida - RCL - (V)	13.936.286.477,74	
% da Despesa Total com Pessoal - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,54%	
Limite Máximo - (artigo 20 da LRF) - 6,00%	836.177.188,66	
Limite Prudencial - (artigo 22 da LRF) - 5,70%	794.368.329,23	
Fontes: SIAF - Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiros/SEFA e Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Site: www.tj.pr.gov.br/contas/		

(aa) J. VIDAL COELHO - Presidente

ANETTE MARIE ROESNER - Secretária

VILMAR FARIAS - Dir. do Dep. Econôm. e Financeiro

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco do PTB/PR

Diz ainda a justificativa do Tribunal de Justiça do Paraná que esses 11% devem ser concedidos aos funcionários de acordo com os salários dos servidores da URV de 1994.

E olha o que chama a atenção aqui, Srs. Deputados, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, prestem atenção, Srs. Deputados, formulou consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, objeto do Processo nº 518820/08 que resultou no Acórdão nº 1371/08, proferido por maioria absoluta de votos pelos membros do Tribunal Pleno na Sessão de nº 036, realizada dia 02 de outubro de 2008, essa Sessão foi dia 02, de outubro.

O aludido acórdão versa sobre a implementação das diferenças concernentes a conversão salarial em URV, em razão da vedação do parágrafo único e foi publicado conforme cópia em anexo. A referida correção monetária já foi voluntariamente reconhecida aos magistrados estaduais, Protocolo nº 6660/98, e por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, a exemplo de outras resoluções.

E agora vem o Conselho, o Conselho Nacional de Justiça, e no julgamento do pedido de providências reconheceu como juridicamente consistente e justa a pretensão dos servidores de implementação do percentual de 11.98 para pagar a diferença da URV de 1994.

Bem, a presente proposta foi também, Sr. Presidente, aprovada por maioria de votos pelo egrégio órgãos especial desse Tribunal, em Sessão em 24 de outubro de 2008.

Então, está aqui. Que pérola, não é, Deputada Beti Pavin? O Tribunal de Justiça do Paraná está a pagar, a partir do mês passado, se aprovarmos esta lei - esta lei entrou aqui na Casa, foi lida ontem, foi lida na Sessão de ontem - nós, aprovando esta lei, olha a responsabilidade, Srs. Deputados, aprovando esta lei, todos os funcionários do Tribunal de Justiça passam a receber 11.98% de aumento para cobrir as contas da URV, os funcionários do Tribunal de Justiça.

E a isonomia, não sou advogado, mas a lei, a Constituição, determina a isonomia, artigo 37, diz que os demais Poderes devem pagar também.

Então, espero que o nosso Governador Requião, que quando voltar dessa viagem lá para os outros lados do mundo, e que certamente está conhecendo um outro mundo, que é um mundo bonito, bacana, que ele venha cheio de boa vontade e que organize para que também o professor, o bombeiro, o policial militar, todos os demais escalões do estado possam ter o direito a que o Tribunal de Justiça vai ter. O Tribunal de Justiça do Paraná está dando um exemplo de que quer cumprir a lei e está

fazendo este anteprojeto de lei que está aqui e que só depende dos Srs. Deputados.

Então, companheiros Deputados, Deputado Belinati, V. Exa. tem a oportunidade agora de votar favorável a este projeto, dando direito aos funcionários do Poder Judiciário também de receber a partir do mês de outubro. E acompanha este projeto, para ninguém questionar depois, o impacto financeiro da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Judiciário pode pagar, está dentro da LRF.

Então, queria aqui, ao mesmo tempo em que peço informações ao nosso eminente Presidente do Tribunal de Justiça, baseado na democracia, na transparência, quando peço informações de um cartório em Ponta Grossa e de um supercartório, cumprimento o Tribunal que está dando o que ninguém deu. Só depende desta Casa, depende do Líder do Governo, Deputado Romanelli, depende do Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, depende de todos nós Deputados a questão de pagar 11.98% a partir de outubro para os servidores do Poder Judiciário, URV.

Viram que eu tinha razão? Deputada Rosane quantas vezes eu subi aqui e pedi esse direito aos servidores mais simples deste estado e agora o Tribunal diz que vai pagar, já mandou a lei, para ele pagar depende da aprovação desta Casa e ele embute isso tudo num reajuste que passa a ser de 11.98. Então os senhores aí do Tribunal de Justiça que estão nos assistindo, senhores funcionários, se depender do Deputado Jocelito, podem ter certeza absoluta que votarei a favor, porque acho justo que todos recebam aquela diferença da URV que os mais simples do Paraná não receberam. Ao mesmo tempo faço aqui um pedido para que os demais Poderes que ainda não pagaram, analisem na sua questão financeira, porque alguns Poderes precisam ver na LRF se cabe dar esse pagamento, alguns Poderes terão que fazer contas. o TJ já fez as contas e concluiu que pode pagar os seus servidores a URV e vai começar a pagar 11.98 de reajuste!

Espero que o Governador Requião, um verdadeiro desatador de nós no Paraná, que ele possa desatar este nó da URV, economize em algum lugar, diminua alguma coisa, vá proporcionando um direito que é do policial militar que arrisca a sua vida, o direito de um professor em sala de aula, que por mais que tenha recebido aumento, a URV é um direito legal que ele perdeu lá em 1994. Vejam quantos prejuízos, quantas pessoas vêm se endividando a partir de 1994 pela força de não terem recebido essa URV.

Então, deixo este meu pronunciamento e espero que os demais companheiros nos ajudem a aprovar este reajuste que acho de fundamental importância e que vem assinado pelo Dr. Vidal Coelho, referenciado pelo Conselho Estadual, vem referenciado também pelo Conselho Nacional de Justiça e só falta o nosso sim, Deputado Cheida, só falta nós. Tenho certeza que vamos dar o exemplo de respeito aos servidores do Poder Judiciário, que estão há muitos anos esperando a URV. E que esse exemplo que vem das barras da Justiça possa também

chegar aos demais Poderes deste estado do Paraná, de acordo com o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Boa-tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O jornal Folha de São Paulo, todos os dias, na sua página 3 traz na coluna tendências e debates, uma ou duas posições interessantes. E no dia de hoje uma das opiniões expressadas aqui pelo professor Gilberto Dupas fala justamente de um tema recorrente que o Paraná tem debatido ao longo dos anos e principalmente neste último período. Ele fala a respeito de técnicas alimentares indagando se elas causam saúde ou doenças. Indaga, aqui, no olho desta sua matéria, se podemos sonhar com uma agricultura orgânica que gere mais saúde que doenças, produzindo comida de boa qualidade. E para que ele exemplifique esta sua indagação, ele faz um arrazoado grande, dizendo que a agricultura de larga escola, apoiada em uma poderosa indústria global de agrotóxicos, fertilizantes, pesticidas e produtos químicos avançados, acabou se impondo globalmente durante a segunda metade do século passado. E de fato essas tecnologias de manejo, o grande agronegócio global, deu conta da oferta de alimentos básicos para crescentes populações mundiais. Mas, segundo ele, a qualidade dos produtos alimentares resultaram em uma grande degradação. No final da sua matéria ele pergunta: “Será que poderemos voltar a sonhar com uma agricultura orgânica que gere mais saúde que doenças, produzindo comida natural de boa qualidade, verduras e legumes sem agrotóxicos e não envenenem terras cultiváveis e rios ou estaremos inevitavelmente condenados a esquizofrenia de uma civilização que alerta cada vez mais dos riscos dos alimentos contaminados, mas obriga, quem quiser ser saudável, a procurar produtos orgânicos por mais do dobro do preço?”

E me chamou a atenção, porque parece-me que os agricultores paranaenses já encontraram a resposta ou estão encontrando a resposta. Para se ter uma idéia do que significa isso, enquanto alguns professores e mestres indagam se é possível a produção orgânica, o Paraná dá um salto extraordinário, multiplicando por 25 a sua produção de orgânicos em apenas 12 anos.

Vejam, Srs. Deputados, segundo a Secretaria de Estado da Agricultura, a produção de orgânicos do Paraná, em 1996, era tão-somente, 4,3 mil toneladas, ou seja, 4 e meio milhões de quilos por ano. Hoje é de 107 milhões de quilos, ou seja 107 mil toneladas. Houve um aumento de 25 vezes em 12 anos. E os proprietários

rurais do Paraná? Estes aumentaram também, mas não 25 vezes, 130 vezes nos últimos 12 anos. Um aumento de 10 vezes ao ano, praticamente. Para se ter uma idéia, em 1996 esses produtores rurais no Paraná eram apenas 400 e hoje somam 5 mil e 300 produtores rurais. E se eles crescem, é porque há mercado.

Nenhum produtor rural está aqui fazendo poesia, nenhum produtor rural está aqui apenas como amante do meio ambiente - já seria bom se assim o fosse. Entretanto, se eles estão crescendo tanto e se a produção agrícola orgânica está crescendo dessa forma, é porque existe um apelo econômico, um apelo financeiro, um apelo de mercado. Há colocação para esses produtos e por isso se produz. Mas, é necessário também dizer e salientar que quanto mais aumentam os produtores orgânicos, quanto mais aumenta a produção orgânica, mas declina o uso de pesticidas, o uso de agrotóxicos e agroquímicos, que a medicina já está sobejamente farta em constatar que estão associados ao diabetes e a determinados tipos de câncer, e não são meras coincidências.

Volto a dizer aqui, pela enésima vez nesta tribuna, que o Paraná despeja no estado cerca de 4 milhões de quilos de veneno por ano, a assustadora cifra de 66 quilos por minuto, e talvez não seja coincidência que embora sejamos os campeões na produção de grãos, somos também os campeões nacionais em câncer de fígado e de pâncreas.

Portanto, qualquer redução da aplicação de defensivos agrícolas no território paranaense está diretamente relacionada com a saúde do nosso povo, à longevidade e ao bem-estar. E neste particular, é preciso dar um voto de confiança aos Deputados do Paraná e à Assembleia Legislativa, porque há quatro ou cinco dias entramos com um projeto de lei de minha autoria, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Elton Welter, para instituímos a obrigatoriedade da merenda escolar orgânica no Paraná. E por que nas escolas?

Porque as nossas crianças, que ainda não votam, não decidem, mas têm tanto direito de terem um futuro saudável quanto nós que aqui estamos, na direção política do estado, essas crianças são exatamente as crianças que recebem os alimentos da merenda escolar. Para se ter uma idéia, temos no estado do Paraná mais de 1 milhão dessas crianças, que recebem todos os dias - exceto aos sábados e aos domingos - a merenda escolar, que vai lá através da alface, através do tomate, que tem 25 aplicações de agrotóxico, a batatinha frita, que tem 15 aplicações de agrotóxico, através da carne, através do arroz e do feijão, recebem esses alimentos. Mas, que tal receberem, então, esses alimentos sem veneno, isentos de agrotóxico, fazendo com que o Governo do Paraná coloque nos seus editais de compra a simples expressão: “Compramos a merenda escolar certificada, desde que isenta de agrotóxicos e agroquímicos.” Estaríamos dando uma grande contribuição a esses agricultores que, à duras penas, aumentam dia-a-dia a produção de orgânicos e o

número desses produtores rurais, e estaríamos dando saúde às nossas crianças.

Menos veneno no Paraná e mais saúde para as crianças. É isso que esse projeto de merenda escolar orgânica tem o condão de propor. E esse projeto está encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e é para essa Comissão que venho também aqui rogar a celeridade na aprovação desse projeto, para que as outras Comissões também possam analisá-lo e para que tenha o Plenário a satisfação de poder aprová-lo, mandando ao Sr. Governador para a sua justa sanção. Aliás, é preciso dizer que já conversei com a Secretária da Educação, a professora Yvelise, e ela foi altamente receptiva a esse projeto, disse que colocará uma equipe à disposição dos autores para que nós possamos discutir, inclusive antes da sua aprovação, as dimensões e os aspectos práticos desse projeto, que talvez seja um grande programa, porque o projeto de merenda escolar orgânica está sendo implantado segundo a lei, ou o projeto de lei, ele será implantado, melhor dizendo, de forma gradativa: não tem feijão suficiente, não importância, se compre, mas vai gradativamente deixando claro aos produtores do Paraná que há compra de feijão orgânico à vista. Assim estaremos abrindo um grande mercado, ao mesmo tempo que damos renda ao pequeno produtor, damos saúde às nossas crianças. E sem dúvida nenhuma acredito que esse poderá vir a ser um grande exemplo, talvez até para o próprio Brasil, visto que ainda não há nenhum estado, e não há por parte do Governo Federal também a iniciativa de se fazer a merenda escolar orgânica. Mas o Paraná tem esta possibilidade, e sem dúvida nenhuma isso está em nossas mãos para decidir.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Apenas para parabenizá-lo, Deputado, pela sua consciência, pelo pronunciamento, pela relação que faz com relação à produção de orgânicos e a incidência de cânceres pelo não uso desse tipo de alimentação. Como sempre o senhor dá exemplo aqui nesta Casa. Parabéns pelo projeto em parceria com os outros Deputados, Elton Welter e Luciana Rafagnin. Deputada Luciana, juntamente com o senhor, e eu também tenho o prazer de fazer parte da Frente da Seguridade Alimentar, de segurança alimentar.

Quando eu pedi o aparte, e logo na seqüência o senhor fez uso da palavra, a preocupação é essa, que tenhamos mercado de produção para garantir a merenda durante todo o ano. Mas aí o senhor já deixou claro isso. E uma outra questão que também chama a atenção é o manuseio dos agrotóxicos, o manuseio do veneno como o senhor bem fala. Temos inúmeros acidentes com produtores pelo manuseio sem critérios, ou às vezes sem materiais de proteção pessoal. Também temos problemas sérios de contaminação de nascentes de rios ainda. Então,

tudo isso vem a contribuir com a excelência do projeto apresentado por V. Exas.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Eu que agradeço, Deputada Rosane Ferreira. E sem dúvida nenhuma V. Exa. tem uma atuação destacada na Frente Parlamentar de Segurança Alimentar. E uma das coisas que me chamou a atenção nesse final de semana foram as notícias que vieram da cidade de Arapongas, onde a SANEPAR tem encontrado resíduos de veneno muito acima do permitido pela legislação. A SANEPAR está investigando, mas V. Exa. que é Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, da qual eu sou o Presidente, talvez possamos ainda hoje estar aqui propondo uma ida desta Comissão até o município de Arapongas, depois de ouvirmos o Deputado Waldyr Pugliesi, que é de lá, da cidade inclusive, porque acho que lá os problemas estão se avolumando. Antes de serem solucionados já estão sendo, de forma alarmante, magnificados. E acredito que vale a pena uma investigação, inclusive para trazermos aos nobres Deputados o que é que tem sido feito, os parâmetros, as análises inclusive, corroborando o que V. Exa. acabou de dizer, a contaminação de fontes, de nascentes, de rios, e não há dúvida nenhuma que esta é uma situação extremamente danosa e preocupante, até porque esses dias...

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Gostaria de parabenizar V. Exa. com essa preocupação alimentar fantástica. V. Exa. é um doutor na área e tenha certeza que a Bancada do PPS vai acompanhá-lo, louvando o mérito da iniciativa de V. Exa. Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Muito agradecido, Deputado Belinati, e não poderia ser diferente.

Há dias debatia com um cidadão na rádio e ele me dizia: “Não podemos produzir com orgânico, porque isso significa colocar fezes de cavalo, de boi, de vaca, de galinha, no pé da árvore e isso pode contaminar e trazer doenças.” Essas contaminações são facilmente debeláveis, é só lavar o alimento e pronto. O duro é o agrotóxico, você lava, ferve e não sai de jeito nenhum e fica incorporado no seu corpo, incorporado para sempre.

Agradeço os apartes e os demais Deputados. Espero que o projeto possa tramitar na CCJ vindo a Plenário.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PSDB, PDT, PMDB.

(Declinam)

Consulto a Liderança do Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa e cidadãos do Paraná.

Gostaria de debater com os Srs. Deputados um projeto de nossa autoria que será apreciado na tarde de hoje.

Creio ser um projeto de grande repercussão social. É o item 2 da pauta, que dispõe sobre assistência especial a ser fornecida as parturientes, cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência. A lei é ampla e importante.

Os hospitais e as maternidades estaduais prestarão, segundo este projeto de lei, assistência especial às mães cujos filhos recém-nascidos apresentem qualquer tipo de deficiência ou de patologia crônica, que implique tratamento continuado, constatado durante o período de internação para o parto.

Assistência especial consiste na prestação de informações por escrito à mãe, ou a quem a represente, sob os cuidados a serem tomados com o recém-nascido. E também no fornecimento de listagem das instituições públicas e privadas especializadas na assistência a portadores de deficiência ou da patologia específica.

O que acontece é que, muitas vezes por questões psicológicas e por falta de informação, as mães que dão à luz a crianças com patologias crônicas, com síndromes, não encaminham seus filhos para instituições especializadas, para médicos especialistas nessas patologias, nessas deficiências, e as crianças acabam crescendo e os problemas vão se agravando. Normalmente, pessoas mais simples, mais humildes. Nós, como Deputados, estamos em contato com essas pessoas mais humildes das periferias, dos bairros, das vilas e notamos que, muitas vezes, as famílias dessas crianças com síndromes, crianças portadoras de deficiência, acabam não tendo as informações necessárias e as crianças acabam sofrendo as consequências, as seqüelas durante a vida.

Gostaria de pedir seu apoio, Deputado Douglas Fabrício, Deputado Elio Rusch, dos demais Deputados, gostaria muito de pedir o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar este projeto de lei para que, no momento do parto, no momento que acontece o nascimento de uma criança especial, os hospitais públicos do estado do Paraná forneçam todas as informações e os

profissionais forneçam os encaminhamentos necessários para que a família tenha assistência total para seus filhos.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Marcelo Rangel, parabéns a V. Exa. figura de rara inteligência, uma das estrelas da nossa legislatura! Parabéns a Ponta Grossa e aos Campos Gerais pela presença de V. Exa. nesta Casa!

Pego uma carona para lembrar que quando era Prefeito de Londrina, certo dia ouvi a Dona Conceição conversando com um irmão, meu médico, dizendo que o portador de Down ou o excepcional, ao obturar um dente, precisa tomar anestesia geral, porque não fica quieto na cadeira. Ocorreu ali, Deputado Marcelo Rangel, uma idéia: poxa, vou resolver grande parte desse problema. Como? Construímos em Londrina o primeiro centro para pessoas especiais: o Centro Bárbara Daher. Certo dia, ao visitar aquela obra, já em funcionamento, fui às lágrimas, emocionado, porque vi ali pacientes de São Paulo até Londrina, 530 quilômetros, para fazer tratamento nessa grande obra social que implantei como Prefeito. Vi chegando ali vários ônibus trazendo excepcionais, portadores de Down, autistas da região do Vale do Ivaí, quase 200 quilômetros de Londrina, com ônibus fretado, em busca de tratamento nesse centro que implantamos. Além disso, um jornal da Holanda publicou mais de uma página enaltecendo o grande valor social dessa obra que o Papai do Céu, que o nosso Deus nos permitiu instalar em Londrina, como Prefeito.

Felicito V. Exa! Deus está feliz com V. Exa. por essa medida que vem ao encontro de uma camada que agrega muitos milhares de brasileiros que, com certeza, com aprovação do projeto de V. Exa., sancionado pelo Governador, passarão a ser beneficiados com aquilo que V. Exa. determina por meio deste projeto. Pela experiência que eu vivo como Prefeito, ao instalar o Centro Bárbara Daher, eu homenageio V. Exa.! Parabéns por mais esse gesto grandioso, cristão, louvável!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço muito suas palavras, Deputado Antonio Belinati, Prefeito de fato, vai ser de direito também, de Londrina. Agradeço muito e, mais uma vez, vou aguardar seu pronunciamento nas minhas coleções que eu prezo muito, ali no meu gabinete.

Muito obrigado mesmo!

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Marcelo, na mesma linha do Deputado Belinati, quero parabenizá-lo por este projeto que dispõe sobre assistência especial a ser fornecida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência. Todas as pessoas quando nascem não escolhem a

família para nascer, se vai ser numa família rica, se vai ser numa família pobre, ou se vai ter um problema ou não. Infelizmente, muitas das pessoas que nascem com problemas, às vezes acabam sendo excluídas, deixadas de lado.

Então, esse projeto de V. Exa. resgata realmente esse tema e pode contar não só com o meu voto para aprovar esse projeto, como também com o nosso apoio. Agora, como nós dois, aqui, fazemos oposição firme ao Governo do Estado, eu pedi para que Deus ajude o Governo a sancionar esse projeto, sancionar essa lei, porque outros projetos, tanto de minha autoria, como de autoria de V. Exa., o Governador já vetou. Isso acabou não prejudicando o Deputado Marcelo Rangel, ou o Deputado Douglas Fabrício, e sim prejudicando a população do Paraná.

Então, torço e rezo para que esse projeto seja transformado em lei, sancionado pelo Governador. Aí, sim, o seu objetivo será atingido e as pessoas serão beneficiadas, aquelas que realmente precisam.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Douglas Fabrício, agradeço muito.

Tenho certeza absoluta que será sancionado, porque passou pela Comissão de Saúde, da qual eu sou Vice-Presidente, e por unanimidade foi aprovado. E acredito que aqui também vamos receber a aprovação dos nobres Pares, por unanimidade. Esse projeto é de grande alcance social.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Marcelo Rangel, queria cumprimentá-lo pelo projeto, pedir ao eminente Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, que está ao lado do Presidente, o Deputado Ney Leprevost, agora há pouco chegou o Davi Campos, nosso importante homem das comunicações nesta Casa, mas para dizer ao Presidente da Comissão de Saúde que aquele projeto nosso, das consultas, está lá parado na sua Comissão há muito tempo. Se o senhor pudesse liberar, faria bem para a Saúde do Paraná.

Por outro lado, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. tem uma notícia não sei se boa, V. Exa. propõe um projeto para a Saúde e eu acabo de receber a informação de que foram canceladas todas as consultas especializadas em Ponta Grossa a partir de segunda-feira, coração, tudo aquilo, tudo parado, só ano que vem. Acabei de receber a notícia de que está tudo parado. Segurem os corações e as demais especialidades até o ano que vem, voltou à realidade a cidade, acabou a eleição.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, vou pedir mais uma vez a união dos nobres Deputados da região dos Campos Gerais, o Deputado Jocelito, o Deputado Plauto, o Deputado Péricles, porque teremos muito trabalho, com certeza, principal-

mente com uma informação como essa que estamos recebendo sobre as consultas especializadas que foram canceladas em Ponta Grossa. Realmente está voltando à realidade, o mundo de faz-de-conta parece-me que acabou com o fim da eleição.

Deputada Rosane, agradeço também o seu apoio ao nosso projeto.

Sr. Presidente, encerro agradecendo à Mesa e também ao Presidente da Comissão de Saúde pela aprovação do nosso projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PRB/PV.

(Declina).

Democratas: com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Péricles de Mello, tive a oportunidade ao menos de seguir o pronunciamento que V. Exa. fez dessa tribuna em relação ao piso salarial instituído pelo Governo Federal para os professores do ensino básico do nosso país.

Primeiro, por que uso esta tribuna, Deputado Péricles? Para fazer algumas colocações que acho de fundamental importância. Há alguma coisa que sempre dizemos e afirmamos, de que o tempo é a razão de si. O tempo se encarrega de confirmar a veracidade ou desmentir as pessoas. Por que digo isso, Srs. Deputados? Porque em março deste ano, o Governador Roberto Requião, Deputado Ney Leprevost, que neste momento preside a Sessão, recebeu uma Comissão de Parlamentares Estaduais, a APP-Sindicato, entre os Parlamentares, se não me falha a memória, estava o Deputado Rosinha, que foi Deputado Estadual, o Deputado Péricles, que é o Presidente da Comissão de Educação desta Assembléia, que com muita propriedade e inteligência conseguiu trazer para o estado do Paraná, nesta Casa, uma Audiência Pública em relação a esse projeto de lei, que tramitava então no Congresso Nacional e que se transformou em lei, que instituiu o piso salarial para o ensino fundamental, para os professores de nosso país.

O que o Governador disse em março deste ano? Ele, o Secretário da Educação à época, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas, Maurício Requião, e também o atual Secretário da Administração, que também presenciou e prestigiou aquele encontro, foram amplamente favoráveis à instituição do piso salarial para a educação básica no nosso país.

Ora, essa lei está muito clara, regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do nosso país. Como disse muito bem o Deputado Péricles na Sessão de

ontem. Essa regulamentação se tornou realidade em julho deste ano e instituiu o piso salarial para os professores do ensino básico do Brasil, de R\$ 950.

Para nossa surpresa, Srs. Deputados, acredito que muito mais para quem participou dessa Audiência, desse encontro do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, com essa Comissão que estava negociando e com os representantes do Congresso Nacional, naquela ocasião, ele junto com os Governadores de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul e do Ceará entram com uma ADIN para derrubar essa lei.

Vejam, Srs. Deputados, como mudam as coisas. De uma forma, em um momento você faz um posicionamento ou até toma uma posição, no meu entender política, que o Governador adotou em março deste ano, quando foi favorável ao piso salarial para o ensino básico. Instituído o piso salarial, através da Lei Federal nº 11738, de 16 de julho deste ano, que regulamenta a Lei Federal nº 9394, de 1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. De repente o Governador do Paraná entra com uma ADIN. Ele está arguindo a inconstitucionalidade de uma lei que ele se declarou favorável em março deste ano.

Vamos um pouco mais além. Sabemos que o Governador tem sob sua responsabilidade, sob a Constituição, a obrigação de arcar com os custos do 3º grau, ou seja, o ensino superior, a faculdade. Mas existe também, como disse o Deputado Péricles, todos sabemos que existem escolas do ensino médio mantidas pelo Governo Federal. Esse piso salarial se aplica muito mais aos Governos Estaduais e também aos Governos Municipais. O que podemos entender? Que através dessa lei, o Governo Federal faz com que todos os Governos Estaduais e Municipais apliquem o que diz a lei: o piso nacional para a Educação do ensino básico, de R\$ 950.

Poderíamos traçar também um paralelo em relação ao que fizemos no estado do Paraná, quando votamos, aprovamos e instituímos o salário-mínimo regional que é conhecido, que se diz que é o mais alto pago no Brasil. Ora, o piso mínimo regional no estado do Paraná, varia de R\$527 a R\$ 548. Não para os funcionários do estado do Paraná, Srs. Deputados, não para o funcionalismo público. Mas, esse piso mínimo regional o Governador instituiu para a iniciativa privada cumprir. E o Governo do Estado, lógico que vai dizer que não tem nenhum funcionário que recebe menos. Mas, com toda certeza, tem muitas categorias que o piso é inferior a esse regional mínimo instituído no estado do Paraná.

O Governo do Estado do Paraná o piso mínimo regional, que é bem superior ao salário-mínimo do nosso Brasil, que hoje é R\$ 415. Não que o Governo pague mais, mas ele determina e obriga que o setor privado pague esse piso salarial, que é superior ao piso nacional.

Agora, em relação ao piso salarial para a educação base, para surpresa nossa, Srs. Parlamentares, vejam quanta contradição do próprio Governo quando ele negocia, confirma que deve ser implantado. Ele e o Secretário

da Educação, na época, o Mauricio Requião. Aliás, o Governador, ao menos na nota que está no mês de março deste ano, diz que foi isso que ele sempre defendeu quando era Senador e quando estava no Parlamento. Palavras do Governador, não do Elio Rusch. Isso está na Agência Estadual de Notícias, foi publicado. O Secretário, na mesma época, também disse que sempre defendeu esse piso enquanto Parlamentar. Instituído o piso, o Congresso vota, corre o Paraná inteiro, vem para o nosso estado, ouve a APP-Sindicato, ouve a Comissão de Educação aqui na Assembléia Legislativa, fomos ao Palácio das Araucárias, mantém a Audiência, têm a confirmação de que é viável, é necessário e que é isso o que defendem, quando se torna lei o Governador do Estado do Paraná entra com uma ADIN.

Deputado Luiz Accorsi, o Governador entra com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade desta lei que visa a instituição do piso salarial.

Srs. professores do estado do Paraná, atentem para isso. Tenho certeza que a APP-Sindicato já deve ter feito esse trabalho. Digam para os professores do Paraná que o Governador do nosso estado, Roberto Requião, com outros Governadores, entrou com ADIN no Supremo para derrubar a lei que visa instituir o piso salarial. E não é só isso, a mesma lei institui a hora-atividade que é tanto lutada pelo magistério do Paraná,

Dizer que os professores sempre lutaram também, que a hora-atividade, aquele trabalho fora da sala de aula, para preparar as aulas, para correção das provas, fosse também remunerado. E o que diz essa lei? Que 2/3 da carga horária será na sala de aula e 1/3 será considerado hora-atividade.

Hoje é lei e para nossa surpresa o Governador do Paraná, que se diz defensor da classe do magistério, defensor dos professores do estado do Paraná, vai ao Supremo para arguir a constitucionalidade dessa lei.

É isso que espero que a APP-Sindicato do nosso estado faça: chegar ao conhecimento dos professores do nosso estado o comportamento e a ação do Governador Roberto Requião em relação a esta lei e ao piso salarial mínimo da educação básica do nosso estado e do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ney Leprevost**)

Obrigado, Deputado Elio Rusch.

Ainda no Horário das Lideranças: Partido Progressista.

(**Declina**)

Partido dos Trabalhadores: com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Antes, gostaríamos de agradecer, em nome da Presidência desta Casa, do Deputado Nelson Justus, e de todas as Sras. e Srs. Deputados, a presença do Secretário Estadual da Saúde, Dr. Gilberto Martin, que hoje esteve reunido com o Presidente da Assembléia e também com a Comissão de Saúde, apresentando os novos membros do Conselho Estadual de Saúde.

Esta Casa agradece ao Secretário pela deferência e também por sua presença na presente Sessão.

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello, pelo Partido dos Trabalhadores.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero cumprimentar também, inicialmente, o nosso Secretário Gilberto Martin, um Secretário que tem feito muito pela Saúde do estado do Paraná, com enorme competência técnica e profissional em Saúde neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a tribuna nesta tarde é um projeto lei que estou em vias de apresentar a esta Casa, que trata do ICMS cultural.

Na verdade, no meu segundo mandato de Deputado que foi de 1998 a 2000, já que me elegi no meio do mandato Prefeito de Ponta Grossa, eu estava com esse projeto em preparação, mas o fato de sair da Assembléia inviabilizou o projeto e agora estamos trabalhando nele há bastante tempo, muitas consultas que fizemos ligadas à cultura no Paraná, e nesta sexta-feira teremos no plenário da Assembléia uma Audiência Pública para aprofundar o debate em torno desse idéia e espero que até o final deste ano, começo do ano que vem, o projeto esteja pronto, debatido, aprofundado, e possamos então dar entrada, oficialmente, nesta Casa de Leis.

Nessa sexta-feira convidamos uma autoridade no assunto, que é professor Carlos Henrique Rangel, é um historiador de Minas Gerais, ele é Diretor de Promoção do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. O professor Carlos participou da criação e organização do projeto de ICMS Patrimônio Cultural, implantando em dezembro de 1995 no estado mineiro, já há 13 anos atrás.

Minas Gerais, pela sua história, é um dos estados pioneiros na valorização da preservação cultural dos municípios, com um projeto parecido com o projeto que estamos entrando nesta Casa de Leis.

A questão cultural é cada vez mais valorizada em todo o mundo. A UNESCO, órgão da ONU ligado a questão cultural, tem uma proposta para que todos os países do mundo coloquem pelo menos 1% do seu orçamento nacional destinado a área da cultura.

Isso é muito importante, porque vivemos o momento da globalização, com suas consequências positivas, que todos conhecemos, mas também com suas consequências nefastas, entre as quais a destruição das identidades, os países ficam cada vez mais parecidos, a diversidade cultural tende a ser homogeneizada pela monopolização da mídia, na ideologia dos países que dominam, do ponto de vista cultural, a padronização do gosto da música, uma massificação cruel, dura.

Inclusive na música, quem conhece um pouco da história brasileira, por exemplo, a música gaúcha - a música gaúcha foi totalmente pasteurizada, é difícil dizer que se escuta uma milonga hoje, que é uma música de tradição gaúcha, não só gaúcha, brasileira, mas argentina, uruguaia, isso foi totalmente transformado num gosto médio que está muito ligado à forma de comunicação da grande mídia do país, e no mundo acontece o mesmo processo - um processo de destruição da pluridade maravilhosa cultural que existe no planeta, que o Brasil é um país que tem uma pluralidade cultural muito rica, essa é a riqueza do Brasil.

Mas, infelizmente, o Brasil é um tragédia cultural.

Eu moro em Ponta Grossa, uma cidade que tem 185 anos de história agora, Ponta Grossa, na década de 40, tinha um rico patrimônio arquitetônico, uma homogeneidade arquitetônica muito representativa de uma época e foi totalmente aniquilada. E isso por uma série de consequências: falta de organização comunitária, de valorização da questão cultural e pela questão da especulação imobiliária e da incorporação imobiliária. Em Ponta Grossa perdemos o Palácio Episcopal, belíssimo, a nossa catedral foi destruída na década de 70, prédios que marcavam toda a lógica histórico-cultural de uma época arquitetônica foram destruídos, muito pouca coisa ficou em Ponta Grossa.

Quando fui Prefeito tínhamos uma política de incentivo à preservação do patrimônio, criamos o Conselho Municipal, mas é muito difícil o trabalho, têm poucos recursos, não há consciência das pessoas que são proprietárias de imóveis. Muitos proprietários preferem até fazer incêndios criminosos nos imóveis, se for o caso, do que preservar os imóveis, porque não há uma política que incentive o proprietário que tem uma perda econômica, não tem uma compensação econômica para poder preservar o seu imóvel. Isso não pertence só a ele, tem que ter um discernimento coletivo que marca a identidade de uma cidade.

A questão cultural tem esse valor da identidade das pessoas, nós nada somos sem nossa identidade, sem nossa história. Um grande poeta mexicano, Otávio Paes, foi prêmio Nobel de literatura, diz num dos seus livros que a memória não é apenas uma forma automática de recordar, mas que a memória é a forma mais alta da imaginação humana. Se a memória se dissolve, o homem se dissolve.

Temos uma destruição aqui no Paraná que também tem uma pluralidade cultural que as pessoas nem conhecem. Por exemplo, se fizermos uma pesquisa aqui no estado, quem conhece os faxinais do Paraná, os chamados criadores comunitários, muito ancestral, uma tradição dos portugueses que vieram para cá, depois fortalecidos pela imigração polonesa, italiana. Existem ainda alguns faxinais preservados no Paraná, Rebouças é um exemplo, na região centro-sul do Paraná, mesmo aqui em Quitandinha. A cultura indígena, a cultura dos caiçaras, os pescadores artesanais, a vasta cultura do nosso

litoral, quem vai a Paranaguá vê o estado de total abandono de um dos mais ricos patrimônios arquitetônicos do Paraná, porque não existe essa consciência da questão cultural!

Sabemos que essa questão cultural está ligada à identidade, à preservação da identidade das pessoas, a questão de que nós, seres humanos, somos sujeitos da história e não apenas elementos passivos de uma manifestação que coloca a ignorância na consciência das pessoas, que massifica segundo o objetivo do lucro, do consumismo como padrão único de felicidade humana! Então a questão cultural traz também estes valores para todos nós. Além disso a questão cultural vai se vincular também a um projeto de desenvolvimento fraterno e harmônico para o país, onde todos os seres humanos sejam respeitados efetivamente como cidadãos!

A questão cultural se vincula também ao turismo, que é uma das grandes indústrias do mundo e do Brasil está muito atrasado, se comprarmos por exemplo a concepção da questão cultural do Brasil com a Europa, o continente europeu tem uma experiência. A cidade de Leipz, por exemplo, a cidade que eu, por uma contingência vivi quatro meses, antes de cair o muro no regime do leste europeu, em 1987. Quando caiu o muro e houve a abertura, a integração alemã, o que aconteceu? O leste europeu perdeu muito população, até pode decadência econômica, falta de empregos e começou a ter um problema de patrimônio, ou seja, começou a aumentar, digamos assim, o superávit habitacional na cidade. Os urbanistas tiveram que tomar uma decisão de destruir habitações e depois de muito estudo decidiram destruir as habitações novas nos bairros periféricos e preservar as casas antigas do centro, casas muito antigas. Pela análise econômica, a cidade perderia milhões e milhões de marcos em turismo se destruíssem as casas mais antigas que marcavam a identidade da cidade.

Claro, porque um turista vai para uma cidade se ela tiver alguma coisa diferente. Se as cidades forem todas homogêneas, não tiverem um padrão cultural arquitetônico, nenhuma identidade cultural diferente, não há motivo para alguém visitar uma outra cidade.

Então, a questão da preservação do nosso patrimônio tem a ver também com o trâmite social, econômico e com o turismo. Por isso, esse projeto busca colocar o centro do debate da ação dos municípios a questão da preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural de cada município. É muito simples, assim como existe a concepção geral do projeto, assim como existe o ICMS ecológico, vamos trabalhar com o ICMS cultural. Aquele município que tiver um Conselho Municipal de preservação do seu patrimônio histórico, artístico e cultural, que tiver uma lei de incentivo à cultura, que tiver bens nacionais, estaduais ou municipais tombados, que tiver comunidades tradicionais como os faxinais, como os quilombolas e outras comunidades, esses municípios serão contemplados com um peso maior na hora em que

o estado distribui os 25% do ICMS que é devido aos municípios paranaenses.

Colocamos uma diretriz com a questão cultural no centro do universo da problemática dos municípios incentivando os Prefeitos, os Vereadores, aos órgãos de cultura a trazer para o âmbito do município a preocupação da preservação cultural.

Por esse motivo, faço um convite a todos para que se façam presentes na Audiência Pública que acontecerá nesta sexta-feira a partir das 9h no plenarinho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de iniciar tratando deste tema que o Deputado Elio Rusch falou e mostrando, aqui da tribuna, para comemorar os avanços da área da Educação, fiz um jornal mostrando que o Paraná tem uma Educação nota 10. Vou passar a V. Exa. esse jornal, onde relatamos todos os avanços que tivemos sobre a égide do nosso Governo, as firmes decisões tomadas pelo Governador Requião com a gestão feita na área da Educação pelo Secretário Mauricio Requião e hoje pela Secretária Yvelise. É uma equipe composta por homens e mulheres, mas os avanços que tivemos são tantos e que orgulham a qualquer um dos que integram o Governo.

Na questão salarial, chamaria a atenção para: em 2002 um professor de início de carreira, com licenciatura plena para padrão de 20 horas, ganhava R\$ 385; em 2008, esse mesmo profissional ganha R\$ 899. Estou falando de início de carreira. Um professor de final de carreira, de 20 horas, se falarmos de 40 horas dobramos esses valores, nível 2 de pós-graduação, ganhava R\$ 721 reais, hoje ganha R\$ 1 mil 620. Ou seja tivemos um incremento no valor real do salário de 133%. Sem falar que um agente de apoio, os funcionários ganhavam R\$ 156 e hoje ganham R\$ 629, 303% de reajuste.

Estou dizendo esses números, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque todos nós sabemos quanto o nosso Governo fez de esforço para poder pagar um salário digno para que pudéssemos ter os profissionais da Educação valorizados em nosso estado. E nós avançamos muito, pois criamos o Plano de Cargos e Salários dos servidores das escolas estaduais, que era um antigo sonho e uma reivindicação de tantos anos, Deputado Cheida, V. Exa. que participou desse processo de discussão e sabe da importância que foi ter um Plano de Cargos e Salários que está sendo implantado - até o dia sete os servidores terão que fazer a opção se querem ficar no Quadro Geral

do Estado ou se eles poderão estar participando do Quadro Único dos Servidores da Educação.

São avanços que tivemos, ou seja, a criação do portal Dia-a-Dia da Educação, o Paraná Alfabetizado, o Livro Didático, a TV Paulo Freire, estamos trabalhando firmemente com a TV multimídia nas salas de aula, mudando completamente os paradigmas em termos da capacitação dos nossos alunos, os Colégios Agrícolas, o PDE, que qualifica e dá uma oportunidade para que os professores possam fazer o mestrado, ou seja, junto com as instituições de ensino superior, o Projeto Consciência, o vestibular, ou seja, tudo aquilo que significa grandes avanços. Agora mesmo o Governador Requião autorizou a licitação para 575 quadras cobertas na rede pública estadual.

Falo isso com orgulho, porque, claro, também fui surpreendido com aquela assinatura feita na ADIN, até porque o Governo Requião sempre foi um defensor do piso nacional de salários. O nosso piso salarial é muito maior do que esse piso instituído pela lei federal. Então, reconheço que é um tema que temos que discutir, mas o nosso Governo é um Governo que tem compromisso com a Educação.

Depois, inclusive, irei até distribuir este jornal, que distribuí em muitos colégios, principalmente nas áreas onde temos uma atuação política mais intensa, até para demonstrar e dar uma satisfação daquilo que estamos podendo contribuir na área da Educação, sempre em um diálogo permanente com a APP-Sindicato, com o professor Lemos até recentemente e hoje com a professora Marlei, que assumiu a presidência da APP-Sindicato, e junto com os demais Diretores da entidade.

Tenho orgulho de poder fazer um jornal como este, porque com a minha relação com a Educação, também pretende ser sempre um Deputado nota 10 com a Educação, trabalhando naquilo que é fundamental para que possamos nos orgulhar do que fazemos para favorecer a Educação no nosso estado, e tenho feito a minha parte, como Deputado Estadual e Líder do Governo aqui nesta Casa. E também no ensino superior, ou seja, reformulamos, reestruturamos o Plano de Cargos e Salários dos docentes do ensino superior e isso foi muito importante, porque é uma valorização dos profissionais das nossas universidades, que têm batido todos os recordes em relação aos índices e aquilo que é fundamental, que é ver de fato os nossos profissionais que são formados, e bem formados pelas nossas instituições, cada vez mais ver a avaliação dessas nossas instituições de ensino superior e também de ensino médio.

Para concluir, Sr. Presidente, queria dizer que o Supremo Tribunal Federal concluiu no dia 29 um julgamento muito importante, que vai facilitar muito para que possamos conceder aposentadoria especial aos pedagogos e aos Diretores das escolas. É uma luta também que estamos fazendo para que possamos, na ParanaPrevidência, remover os obstáculos jurídicos, e hoje pela manhã ainda conversava com o Desembargador Munir Karan,

que é Presidente da ParanaPrevidência, porque haverá de ser reformulado o parecer jurídico que tem impedido que o nosso Governo possa implantar.

Esse era o argumento. Agora não há mais argumento, ou seja, agora já temos a decisão legal para poder implantar a aposentadoria especial para os Diretores das escolas, profissionais que prestam um grande serviço à Educação e também àqueles todos que trabalham na área da pedagogia que não tenham regência de classe, mas que têm efetivamente um grande papel. E essa decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3772, define, regulamenta, ou seja, de uma forma definitiva, aquilo que foi estabelecido por lei, lei aliás que foi sancionada pelo Presidente Lula, a partir inclusive de uma emenda feita por um Parlamentar que alterou esse tema, e claro que é extremamente importante.

Então, fico feliz com isso, e concluo Sr. Presidente, para dizer o seguinte: hoje completamos o 11º dia sem pedágio lá em Jacarezinho. Parabéns à uma grande educadora que é a professora Ana Lucia Bakon, Presidente da APP-Sindicato do núcleo de Jacarezinho. Ela, a professora Elza Jaime, o Movimento Fim do Pedágio, a Econorte já deixou de faturar quase R\$ 2 milhões nesses 11 dias que o pedágio está fechado.

Claro, os grandes administrativistas, chefiados aqui no Paraná pelo escritório do professor Marçal Justen e Filhos já recorreram ao STJ, está nas mãos do Presidente do STJ o destino da praça de pedágio. Mas se depender da decisão do Dr. Mauris Paudin, Juiz Federal de Jacarezinho, que fechou a praça de pedágio, da 3ª Turma TRF lá de Porto Alegre, que manteve fechada a praça de pedágio, do Pleno Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre, que manteve pela terceira vez a decisão do Juiz Mauris Paudin, certamente o STJ manterá fechada essa praça, pondo fim à ilegalidade. Porque a Econorte, além de pagar multa de R\$ 20 milhões, que devolva aquele dinheiro que foi arrecadado ilegalmente desde 2002, que eles estavam arrecadando o dinheiro, único e exclusivamente incluíram a BR-153, 20 quilômetros de rodovia e faturando mais de 5 milhões e meio por mês de dinheiro suado do caminhoneiro, do trabalhador, daquele estudante e de toda a população do município de Jacarezinho e do norte pioneiro.

Por isso, Sr. Presidente, há de se comemorar, 11 dias sem pedágio em Jacarezinho. É uma grande vitória e temos certeza que essa praça de pedágio haverá de ficar fechada para sempre.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Indicação nº 319/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a doação de microônibus escolar para o Colégio Agrícola de Diamante do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 320/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a implantação de cursos profissionalizantes em escolas estaduais, no município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 321/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Bocaiúva do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 322/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 323/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 324/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Rio Branco do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 325/08, de autoria do Deputado Alys-son Wandscheer, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, a destinação ao município de Fazenda Rio Grande de um veículo ABTR-Auto Bomba Tanque Resgate e uma ambulância da SIATE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 649/07, de autoria do Deputado Mauro Moras, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/07, de 04/09/07, em Projetos de Lei).**

Esta Presidência anuncia a presença do Prefeito eleito, Amarildo, da Santa Tereza do Oeste, a pedido do Deputado Duílio Genari. Seja bem-vindo!

Discussão Única (Proposições)

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 029/08, veto apostado ao Projeto de Lei nº 818/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC nº 049/08

Curitiba, 20/02/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 397/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 818/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município de Tibagi ao Distrito de Porteira Grande.

Ressalte-se que a Secretaria de Estado dos Transportes - SETR, informa que não há previsão orçamentária para obras de pavimentação e manutenção da referida via, contida no projeto de lei.

Ademais, o município deve demonstrar o interesse na estadualização, apresentando a lei municipal com o mesmo objetivo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto a consideração

dessa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 818/07, encontra-se publicado no DA nº 149/07, de 19/11/07, em Projetos de Leis).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 029/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 818/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município Tibagi ao distrito de Porteira Grande.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de 15 dias úteis, contados da data do seu recebimento. Vejamos:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 01/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Gostaria de pedir o apoio dos Srs. Deputados para que possamos derrubar o veto.

Este projeto também tem autoria do Deputado Alexandre Curi. Assim como fizemos há poucos meses com um projeto que tinha a minha assinatura e do Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, e também falava de uma estadualização.

Agora, um segundo projeto de minha autoria que foi vetado pelo Sr. Governador poderá ser derrubado com o apoio dos Srs. Deputado. É um projeto importante, um sonho dos cidadãos do município de Tibagi, e não existe nenhum empecilho para que possamos derrubar esse

veto. Peço apoio também ao Líder do Governo, Deputado Romanelli.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Quero encaminhar pela manutenção do veto. Primeiro, pela flagrante inconstitucionalidade. Como sabemos, o Parlamentar não pode pretender criar despesas que não estão previstas no orçamento do estado. Além do que, o município deve demonstrar interesse na estadualização, apresentando uma lei municipal com o mesmo objetivo. Que não é o caso do presente projeto. E a Secretaria dos Transportes informa que não há previsão orçamentária para obras de pavimentação e manutenção da referida via contida no projeto de lei.

Por contrariar os interesses públicos, o Governador Roberto Requião vetou e submete à consideração desta Casa o presente projeto de lei.

Peço aos Srs. Parlamentares que votem SIM para manter o presente veto, respeitando a boa intenção dos autores.

Muito obrigado.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) **(Para Encaminhar)**

Em primeiro lugar quero encaminhar pela derrubada do veto.

E, em segundo lugar, a pedido dos Parlamentares de Ponta Grossa, como o Deputado Luiz Claudio Romanelli falou da não previsão orçamentária, para que no orçamento para 2009 possa abrir-se uma janela, uma rubrica para que a estadualização possa ser realizada.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Deputado Romanelli, este pedido de estadualização dessa rodovia já fizemos no mandato anterior e fizemos como V. Exa. sempre pediu: via indicação. Fizemos isso até porque fomos o Deputado mais votado lá em Porteira Grande, Caetano Mendes. Fizemos uma indicação legislativa no sentido de fugir àquilo que V. Exa. combate aqui, que é a questão da legalidade, mas, infelizmente, o Governo não deu nem bola para este projeto, que é de interesse do município de Tibagi. O Prefeito é do PMDB e nenhum Prefeito, Srs. Deputados, vai querer deixar de estadualizar uma rodovia, principalmente uma rodovia que dá acesso ao município de Tibagi até o alto, lá na saída que vai para o norte, na entrada de Reserva.

Não tenho dúvida nenhuma de que qualquer Prefeito quer transformar uma rodovia, quer estadualizar. Então, o argumento do Deputado Romanelli está fora de padrão. O orçamento do estado já contempla essas obras. É só procurarmos no orçamento do estado que vamos encontrar, naquilo que se refere às rodovias, recursos

para tal manutenção dessa rodovia, dessa estrada que se tornará rodovia. Uma rodovia importante, porque vai ligar Tibagi até a localidade de Caetano Mendes, que é Porteira Grande, uma localidade muito importante para o acesso de quem vem de Tibagi. Vai ser muito bom para o turismo da cidade de Tibagi.

O Governo tem feito obras lá em Tibagi. O Deputado Alexandre Curi, que tem sido o Deputado lá do Prefeito, tem conseguido até fazer acessos dentro da cidade que, às vezes, o Governo se nega a fazer em outras cidades, mas fez em Tibagi, atendendo um pedido especial do Deputado Alexandre Curi que, carinhosamente, conosco aqui, tem uma ligação muito direta com o Governador e, por ser um grande Líder do Governo, tem conseguido essas obras quase impossíveis para os outros Deputados. Por essa ligação, esse convívio, essas viagens que o Alexandre Curi faz, quase que diariamente, com o Governador, ele consegue aquelas obras impossíveis que, às vezes, não conseguimos. Então, o Governo quando quer, pode.

Vou votar a favor, até porque fui o Deputado que mais votos recebi daquela região. Quero essa obra porque ela será muito importante. Só lamento que o Deputado Curi não esteja aqui para defender o projeto que é seu, também, e que se o Governador quisesse pode fazer. Ah, o Deputado Alexandre Curi está ali, só não está prestando atenção, porquê não sei, até gostaria de ouvir um encaminhamento seu, Deputado Alexandre. Sempre é bom ouvir sua voz no plenário desta Casa, até para que os eleitores de Tibagi possam saber que V. Exa. lutou pela estadualização dessa rodovia.

O meu pedido aos Deputados é que votem o veto, independente das condições legais. Aliás, esta Casa tem aprovado, quando quer quantas coisas, quer. Quando quer, aprova; quando não quer, não aprova. É de acordo com a vontade de alguns. Então, a minha vontade, como alguns, neste momento, é de votar ao lado do Deputado Marcelo Rangel.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas para fazer um encaminhamento a favor da derrubada desse veto, já que sentimos na comunidade de Tibagi um desejo muito grande de que essa estrada seja realmente estadualizada.

O distrito da Porteira Grande é extremamente importante para Tibagi. É um distrito bastante populoso. Tibagi, talvez, é um dos municípios que tem melhor administração no estado do Paraná. O Prefeito Sinval, que é da base do Deputado Alexandre Curi, é um Prefeito competetíssimo, fez uma verdadeira revolução urbana na cidade de Tibagi, e o Vice-Prefeito, o Sílvio da Porteira, que é da nossa base, do Partido Progressista, há muito tempo tem encaminhado essa reivindicação. Para que se tenha idéia da importância desse distrito, o Vice-

Prefeito eleito agora de Tibagi é da Porteira Grande, é o nosso companheiro Sílvio, do Partido Progressista.

Então, peço aos Deputados, com todo o respeito que tenho pelo eminente Líder da Bancada do Governo, meu amigo, Deputado Romanelli, mas peço aos Deputados da Oposição que apoiem o Deputado Marcelo Rangel, que apoiem o município de Tibagi e que votem pela derrubada desse veto. Peço isso também aos membros da Bancada do Governo. Estamos ao lado desse projeto, meu caro Deputado Marcelo Rangel, porque Tibagi tem importância, inclusive muito grande para o turismo do estado do Paraná e é um município que precisa e deve ser cada vez mais ser prestigiado e valorizado.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um projeto de suma importância, por quê? Porque o município de Tibagi é um dos maiores municípios, em extensão, do estado do Paraná. A Prefeitura tem dificuldades, sim, de manter a malha viária arrumada como os usuários exigem, e uma idéia aqui apresentada pelo Deputado Marcelo Rangel, pede a estadualização da cidade de Tibagi até o distrito da Porteira Grande. Importantíssimo, Sr. Presidente. O Governo do Estado do Paraná tem condições, sim, de manter mais rodovias, são recursos que o estado tem o município tem dificuldades para viabilizar.

Então, vou pedir aos Deputados do nosso partido, o Democratas, e aos demais companheiros da Casa para que derrubem esse veto, e naturalmente, a população daquela região vai ser beneficiada a partir do momento que essa rodovia for estadualizada. O DER - Departamento de Estradas de Rodagem terá a obrigação de fazer a manutenção dessa estrada.

Muito obrigado.

O SR. ELTON WELTER (PT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quero fazer um pedido à Mesa, a V. Exa., que convocasse os líderes partidários, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nós aprovamos aqui a COPELEGIS. Sabemos o método adequado que a Casa toma e sei que é uma Casa evidentemente política, mas na minha visão seria razoável que se fizesse uma discussão, que se produzisse um acordo entre os dirigentes desta Casa, os Deputados desta Casa, com relação a projetos autorizatórios, porque na minha concepção, para se fazer política como o Parlamento deseja, esse é o desejo do Deputado de Ponta Grossa, é de que o Governo estadualize essa rodovia para que possa haver investimento do estado. E o método adequado, do ponto de vista da propositura adequada, de acordo com aquilo que preconiza, pelo menos no meu entendimento, é a indicação legislativa. Depois disso, o Parlamentar já fez a sua missão.

Como é competência do Poder Executivo implementar, de nada adianta ter uma lei autorizatória, e ela autorizada por aqui, já vem o veto do Governador, teria

que haver o convencimento político. Essa lei autorizatória não vai ter convencimento político, mesmo que caia o veto ou se aprove o veto.

Queria fazer um apelo à Mesa: precisamos fazer uma discussão para encontrarmos um método adequado para legislar, de acordo com aquilo que os Juristas respeitados do país falam, daquilo que, de fato, é competência desta Casa. Tenho sido flexível nessa situação, não tenho insistido nessa tese, mas vejo que seria oportuno, porque tem muitos vetos do Governo do Estado, e o veto não vem porque quer queimar um Deputado, até porque o método adotado pela Casa, infelizmente, não é o correto. Se V. Exa. não chamar para si, eu vou votar com o Deputado Marcelo Rangel, sem problema nenhum, mas é votar e trocar seis por meia dúzia. Do ponto de vista da operacionalidade, que valor tem essa lei? Então, é melhor fazer uma indicação legislativa e ficar cobrando até que essa rodovia seja estadualizada, pelo menos é o método mais adequado, de acordo com a minha visão.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Por incrível que pareça, vou concordar com o Deputado Elton Welter. Projetos de lei autorizatórios são muito ruins. Tem que ser propositivos, definido, isso é para fazer. Nós derrubamos o veto e vale, Votarei na derubada do veto. O projeto deveria ser afirmativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Fizemos essa proposição, Deputado Elton Welter - eu o cumprimento - na tarde de ontem, com a aquiescência dos Deputados Elio Rusch e Romanelli, para que possamos evitar exatamente o desconforto que V. Exa. sente ao valor uma matéria inconstitucional neste momento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

O senhor me perdoe discordar de V. Exa., mas essa matéria passou pela CCJ, foi aprovada pelos Srs. Deputados, foi à sanção do Governador e ele vetou com uma outra razão, uma outra justificativa. Não é a questão de inconstitucionalidade. Está voltando para a Casa por um outro motivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputado Rangel. Na Sessão de ontem discutimos esse assunto dos projetos autorizatórios. Tenho pedido às Lideranças e agora encareço também ao Presidente da Comissão e Justiça, Deputado Durval Amaral, que disciplinemos isso. A Constituição é clara.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Para encaminhar, Deputado Nereu Moura?

(Assentimento)

Sr. Presidente, eu estava ouvindo o debate e resolver a minha opinião em relação a esse assunto. De fato tem uma súmula do Tribunal Federal, que determina que o projeto autorizatório, mesmo com sanção do Governador, é ainda inconstitucional. Por exemplo, se a Assembléia Legislativa apresentar um projeto autorizando e o Governador sancionar, assim mesmo ele é inconstitucional. Por isso que V. Exa. está correto. Temos que fazer uma reunião da CCJ, com o nosso Presidente Durval Amaral, para discutirmos isso, porque não adianta ficar chovendo no molhado ou fazer de conta. O projeto do Deputado Marcelo Rangel é cheio de méritos, uma iniciativa louvável. Todavia, é uma iniciativa que cabe ao Poder Executivo e não ao Poder Legislativo. Já existe uma decisão do fórum maior da Justiça brasileira, que é o Supremo Tribunal Federal, dizendo que a Assembléia não pode interferir na competência do outro Poder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço as suas palavras.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento, por gentileza.

Os Deputados que forem favoráveis ao veto, votam com a expressão SIM e os contrários ao veto, com a expressão NÃO.

Em votação.

Vai se proceder à apuração: 45 Srs. Deputados votaram; 23 com a expressão NÃO; 20, SIM. Para a derubada do veto seriam necessários 28 votos. **Está mantido o veto.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas para agradecer aos 23 nobres Deputados que votaram contra o veto. Muito obrigado.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 097/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 442/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Colorado, área de terras do DEOE, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).**

OF/CTL/CC Nº 278/07

Curitiba, 29/08/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 200/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 442/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, porque o imóvel em refe-

rência poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 442/07 encontra-se publicado no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 097/07

P A R E C E R :

A Proposição de Veto ao Projeto de Lei nº 442/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Colorado, imóvel que anteriormente pertencia à municipalidade e que foi doado ao estado para funcionamento da Agência de Rendas e cuja edificação hoje transformou-se em escombros.

Usando da prerrogativa que lhe é constitucionalmente conferida, o Sr. Governador, tendo recebido o autógrafo no dia 15 do mês de agosto deste ano, vetou integralmente o projeto de lei, por convicção que externou em suas razões de veto, e obedecendo os prazos estipulados no artigo 71 da Magna Carta Constitucional, devolveu o autógrafo a este Poder Legislativo no dia 29 de agosto último.

Cumpridos os ditames constitucionais e regimentais a Proposição de Veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em Plenário.

Sala das Comissões, em 25/09/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, longe de mim a incoerência na votação. Até porque o projeto do Deputado Marcelo Rangel, a estadualização de uma estrada, traz no bojo despesas de conservação. Portanto, são dados diferentes.

Só queria encaminhar, porque tenho a certeza absoluta que o veto acaba sendo mantido, e aproveito a presença do Deputado Durval Amaral, porque é uma discussão que temos que ter na CCJ. A inconstitucionalidade, no meu modo de entender, está caracterizada quando o Legislativo faz um processo autorizatório ao Executivo, que o Executivo não depende desse processo para fazer. Por exemplo, um projeto autorizando a construção de uma escola. Ora, o Poder Executivo não precisa

da autorização da Assembléia para fazer uma escola, um ginásio de esportes, um clube. Agora, um projeto autorizatório para doar a um município um imóvel, ele pode ser tudo, menos inconstitucional. Por que digo isso? Porque o Executivo, para fazer a doação, precisa encaminhar para que a Assembléia aprove. Portanto, é uma competência da Assembléia aprovar ou não. De modo que quando se faz um projeto autorizando, o Governo vai proceder a doação ou não, mas você está antecipando uma autorização que se ele quiser fazer, ele tem que mandar para cá.

Então, gostaria de discutir um dia, na CCJ, porque senão daqui a pouco a Assembléia não pode mais nada.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Par encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, estou tendo uma aula de Constituição aqui, apesar de não ser advogado, uma aula de Direito proferida pelo nosso Líder Deputado Caíto Quintana e pelo Vice-Presidente da CCJ, Deputado Nereu. Não é de entender. Acho que quem está em casa está perguntando: “Quem está certo?”

Vimos no projeto anterior, o Vice-Presidente da CCJ, Deputado Nereu Moura, dizer aqui que a Constituição Federal proíbe esse tipo de proposição. E agora vem o nosso eminente Deputado Caíto Quintana e fala o contrário.

A CCJ, com todo o respeito aos companheiros que estão lá, traz esses “micos” para o Plenário. A CCJ tem que definir se vai cumprir, de fato, a Constituição, ou não. Porque entra no projeto de um jeito e sai de outro. Vai de um jeito e volta de outra forma. Então, ninguém entende mais nada. Nós, os Parlamentares que estamos aqui, não compreendemos. Vemos aqui os Deputados mais experientes neste Parlamento, Deputado Caíto Quintana, homem que conhece a questão da constitucionalidade, um homem estudioso do Direito, o Caíto é uma sumidade, temos que aprender todos os dias. Temos aqui o Deputado Nereu Moura, que além de ser um estudioso em leis, também tem uma assessoria muito jovem e dinâmica. Aí, vejo a divergência. Imagine, como vamos votar, o Deputado Caíto fala uma coisa, o Deputado Nereu Moura fala outra. E os dois são do mesmo partido, da mesma CCJ.

Sr. Presidente, com todo o respeito à CCJ, por favor, Presidente Durval Amaral: temos de parar de pagar esses micos. O Governador veta, pagamos o mico, quem está em casa pergunta: “O que os Deputados estão fazendo lá?” Alguma coisa está errada e tem que ser resolvida. E fico mais feliz em poder discutir esses temas jurídicos, porque agora temos mais um grande advogado nesta Casa, o eminente Deputado Romanelli, que agora tem todas as condições, passou na OAB, foi lá, fez o seu concurso, estudou, é um homem inteligente, é um homem que pode nos ajudar também e tem feito posicionamentos muito importantes aqui, tem dito o que é constitucional e o que não é.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que não somos doutores, somos apenas Deputados representando o povo aqui, precisamos nos espelhar em quem? No A, no B, no C? Como votamos? Ou continuamos pagando mico?

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Para Encaminhar)

Quero aqui esclarecer, talvez o Deputado Jocelito não tenha entendido que são dois projetos autorizatórios, mas que tem o mérito diferente.

O primeiro, que talvez possa ser julgado inconstitucional, diz respeito à criação de despesas para o Executivo e isso não é uma atribuição do Legislativo.

Portanto, a Comissão de Constituição e Justiça tem, sim, apreciado de forma correta os projetos.

O segundo projeto, do Deputado Caíto Quintana, é sim constitucional e pode ser julgado constitucional, porque é uma doação de terras no qual não cria despesas para o Executivo, ao contrário do primeiro que, em se tratando de manutenção de estradas, do ponto de vista da conservação, criará despesas. Então, são dois Deputados da mesma base tendo opiniões diferentes sobre méritos diferentes do mesmo projeto. Portanto, está correto o encaminhamento do Deputado Nereu Moura e está correto o encaminhamento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente, até porque não vamos imaginar que os 54 Deputados pensam da mesma forma.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral, para encaminhar.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não estava na Sessão de ontem e o assunto veio à pauta, os critérios que a Comissão de Constituição e Justiça tem adotado quando elabora o seu parecer ou quando o Relator dá o seu parecer.

Qual a sistemática da Comissão de Constituição e Justiça? Nós temos lá uma equipe técnica que elabora a análise prévia de cada um dos projetos que tramitam nesta Casa de Leis.

Esta análise prévia não vincula o Relator quando da elaboração do parecer por parte do Relator. Ou o Relator simplesmente olha aquela análise prévia, a acata e a transforma em parecer, ou ele olha, lê aquela análise prévia, não concorda e dá o parecer dele, até porque temos um mandato, até porque fomos eleitos, até porque temos o discernimento.

Então, seria muito difícil qualquer Parlamentar ficar vinculado a uma análise técnica feita pela assessoria desta Casa. O Parlamentar tem mandato e tem prerrogativa. Ele dá o parecer conforme as suas convicções.

Entretanto, os que são membros da Comissão de Constituição e Justiça sabem disso, são sabedores disto, quando é distribuída a pauta da Comissão de Constitui-

ção e Justiça vem a súmula do projeto e vem sinteticamente a análise prévia, constitucionalidade da matéria, análise prévia, pela inconstitucionalidade da matéria.

Então, mesmo que o Relator queira dar o seu parecer contrário à análise prévia, o Relator tem consciência que todos os Deputados foram informados, de maneira formal, daquela análise da Comissão de Constituição e Justiça.

E aí vem a discussão. Alguns Parlamentares, efetivamente, usam, costumeiramente, a análise prévia até para contraditar o parecer do Relator.

Agora, quem decide ali é a maioria. São 13 Deputados, 12 que votam, corriqueiramente, eu só tenho o voto de Minerva, que votam pela constitucionalidade ou pela ilegalidade.

O Governador quando veta, tudo bem, ele tem dois pressupostos legais de veto: ou é pela inconstitucionalidade da matéria, ele fundamenta, ele tem que fundamentar pela inconstitucionalidade, ou ele simplesmente veta pelo superior interesse público, que também tem sido usado costumeiramente pelo Chefe do Poder Executivo.

A questão dos projetos autorizatórios, não quero entrar na polêmica aqui, se o projeto A ou B é autorizatório, é legal ou não - existem casos de projetos autorizatórios, no meu modesto entendimento, que são legais, existem, efetivamente projetos autorizatórios que usurpam competência do Chefe do Poder Executivo que, claro, mesmo sendo autorizatório, é prerrogativa exclusiva do Chefe do Executivo, portanto são inconstitucionais.

Então, não vamos misturar alhos com bugalhos, porque senão vamos ficar discutindo aqui o que efetivamente não seria proveitoso para todos nós Parlamentares.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, acabamos de ouvir aqui o nosso Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, que acabou de dar uma pequena aula a todos nós aqui. Certamente quem escutou o Deputado Durval Amaral aproveita, porque ele claramente diz: "Projeto autorizatório, aquele que não vai gerar despesas ou obrigações a outro Poder, é legal? É legal." Esse caso concreto aqui. Por que o Governador vetou o projeto? Vetou, motivo: contrário ao interesse público, porque se trata de um imóvel de uma antiga agência de rendas que poderá ser utilizado pelo estado em outra circunstância.

Esse projeto autorizatório do Deputado Caíto Quintana está correto? Está correto no sentido de que ele delega ao Poder Executivo, é uma lei delegada ao Poder que poderá fazer a doação, se quiser ou não. No caso concreto o que disse o Executivo? "Não, eu não quero fazer a doação."

Certamente haverá, o Deputado Caíto Quintana, pela experiência e, claro, pelo relacionamento que ele tem com o Governador e conhecedor que é dos trâmites, fará uma gestão para que possamos receber uma mensagem do

Governo propondo a transferência desse imóvel, se for possível, senão contrário ao interesse público, ao município de Colorado, para ter aquela destinação que ele pretende pelo projeto de lei. Normalmente temos feito esse trâmite e temos obtido sucesso em 90% dos casos que temos tratado aqui, quando se trata de imóveis iguais a esse. A minha sugestão ao nobre Deputado Caíto Quintana é essa e eu peço aos Deputados que votem SIM, pela manutenção do veto apostado pelo Governador Roberto Requião.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos colocar as coisas nos lugares, porque talvez as pessoas que estão nos acompanhando nos seus lares, através da TV SINAL, estejam imaginando que nós Deputados estejamos encaminhando projetos inconstitucionais para o Poder Executivo ou estamos fazendo algumas lambanças e isso não é verdade! Quero deixar bem claro, aqui na Assembleia Legislativa nós temos uma Comissão específica para julgar a constitucionalidade, que é a CCJ; temos outras Comissões e o projeto vem para o Plenário e é julgado pela sua constitucionalidade na sua primeira discussão.

Pois bem, estamos falando sobre constitucionalidade, mas o Governador vetou os dois projetos, o meu projeto e o do Deputado Caíto Quintana, não baseado na constitucionalidade e sim na falta de interesse público. Agora eu pergunto a quem está me assistindo: existe falta de interesse público numa estadualização de uma rodovia ou então na autorização ao Poder Executivo de poder doar ao município de Colorado? Tenho certeza que todos os cidadãos de Colorado querem essa doação. Aqui a impressão que existem dois pesos e duas medidas, o projeto de um Deputado da Oposição, vamos derrubar o veto a todo custo, vamos alegar até inconstitucionalidade, mesmo tendo sido aprovado aqui por várias instâncias da Assembleia Legislativa, e mesmo o Governador não tendo aplicado esta discussão em cima do meu projeto. Agora, no segundo projeto, que também é autorizatório - acho que é legítimo fazer um projeto autorizatório, sim, no Poder Legislativo, é a minha opinião pessoal, de um Parlamentar - agora no segundo não: vamos manter o veto. Ora, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero crer que o pedido do Líder do Governo não foi pela derrubada do veto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela manutenção do veto, pedido para votar SIM.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

No meu projeto era para a manutenção do veto, agora é para derrubada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela manutenção. V. Exa. não escutou direito. Pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a votação. Deputados favoráveis à manutenção do veto votem com a expressão SIM, os contrários ao veto com a expressão NÃO.

Quarenta e dois Srs. Deputados votaram: 22 NÃO; 19 SIM e uma abstenção. **Está mantido o veto.**

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 3032 e 3033, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Rejeitados.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, esses dois requerimentos, são requerimentos que dizem a esfera de competência de um outro Poder deste estado. Ainda hoje na CCJ falávamos do princípio da separação dos Poderes, esculpido pela grande obra O Espírito das Leis, de Montesquieu. Efetivamente o nobre Deputado Jocelito Canto poderá protocolar esses requerimentos junto à Presidência do Tribunal de Justiça. Neste estado os Poderes têm que ter uma relação de respeito aos princípios constitucionais, justamente o princípio da separação dos Poderes.

O que quero dizer é que recomendamos a rejeição do presente requerimento, uma vez que há uma interferência, na minha avaliação, indevida na esfera de competência de um outro Poder. O Deputado Jocelito Canto poderá protocolar, se desejar, os requerimentos diretamente junto ao Poder Judiciário. Ele poderá requerer, também com base em princípios constitucionais.

Entendo que esta Casa não deve aprovar esses requerimentos, porque eles fulanizam situações referentes a serventias dos cartórios extrajudiciais, que é um tema que tem que ser tratado na esfera da competência do Poder Judiciário. Por isso encaminhamos pela rejeição dos requerimentos. Gostaria que pudéssemos votá-los de forma conjunta.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Parece, com todo respeito à sua OAB, não desmerecendo a sua OAB, o Deputado comete um erro gravíssimo que nenhum calouro de primeiro ano de Direito cometeria. Constituição, Lei Orgânica, Regimento Interno desta Casa, artigo 18: *Compete à Mesa, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais, o seguinte:*

XIX - encaminhar aos outros Poderes e outras autoridades requerimentos de pedido de informação.

É de competência deste Poder. Deputado Romanelli, V. Exa. vai votar a favor do meu requerimento. Depois do que eu ler aqui, se V. Exa. não votar a favor, devolva a carteirinha da OAB.

Vou ler o requerimento. Eu fiz o que o Romanelli pediu na vez passada. Na vez passada, neste Plenário,

apresentei requerimentos que foram rejeitados por decisão da maioria e por inclinação do Deputado Romanelli, que naquela época era só bacharel e ainda não era advogado. E o que o Deputado Jocelito fez? Pegou aqueles requerimentos, foi lá no Tribunal de Justiça e protocolou, Deputado Romanelli, como V. Exa. está dizendo. Vejam o que o Presidente do Tribunal de Justiça respondeu. Se o Deputado Romanelli não votar a favor aqui agora, ele vai ter que devolver a carteirinha da OAB. Olhem o que disse o Tribunal de Justiça:

“Exmo. Sr. Deputado Jocelito Canto.

10 de dezembro de 2007.

Sr. Deputado, por ordem do Exmo. Sr. Desembargador-Presidente, encaminho a V. Exa. despacho presidencial exarado nos expedientes tal e tal.

Respeitosamente, Eurico Vidal Júnior - Diretor.”

Olhem o que diz o Presidente do Tribunal de Justiça agora:

“Os pedidos de informações feitos pelo Deputado Estadual Jocelito Canto, nos termos do artigo 18, XIX, do Regimento Interno da Assembléia do Estado, não podem ser atendidos.

Dê-se ciência. Após, archive-se.

Intime-se.

Curitiba, 07 de dezembro de 2007.

Dr. Vidal Coelho - Presidente.”

Deputado Romanelli, conto com o seu voto. O Presidente está dizendo que tem que passar pelo Plenário para ele responder. É a assinatura do Presidente. O que V. Exa. me propôs está escrito aqui e quero lhe passar uma cópia para que V. Exa. guarde na história da sua vida como advogado, que o Presidente está dizendo que tem que cumprir o que diz a lei e a lei diz que este Plenário tem que votar. Se o Plenário não quiser votar, que são dois assuntos que coloco aqui que são de muita importância neste Paraná, e tenho certeza que o Presidente vai responder, porque são dois assuntos interessantes, sobre uma confusão em um cartório em Ponta Grossa, que tem muita coisa envolvida lá. Muita coisa errada e esta Casa não pode se acovardar e não pode ficar quieta!

Então, espero que esta Casa vote o pedido, porque perguntar não ofende ninguém. Agora, Deputado Romanelli, é um presente para V. Exa. e está assinado pelo Dr. Vidal Coelho, Presidente, dizendo que não posso protocolar lá, como V. Exa. sugeriu. Tenho que passar aqui, é aqui que cabe e aqui está o Regimento que diz que tem que passar aqui. Agora, se os Deputados não quiserem aprovar, tudo bem! Daí não vamos investigar, deixa como está, está lá um cara que é um supercartorário, tem três cartórios, manda e faz o que quer no Paraná e ninguém faz nada.

Só estou perguntando e perguntar não ofende. Aqueles que entenderem, só estou pedindo informações e não estou acusando ninguém. Pedido de informações não faz mal a ninguém! Agora, espero que os companheiros aprovem. Se não aprovarem, mais uma vez está nesta

Casa e na TV Assembléia que este Deputado fez o que deveria fazer.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Não quero polemizar com o Deputado Jocelito, mas apenas dizer que efetivamente formei um juízo de valor em função daquilo que eu entendo que estamos fulanizando uma situação. Fulanizar é o seguinte: é tratar de uma situação particular como se ela fosse de interesse público. É essa a questão que estou dizendo aqui, caso ele não entenda o que significa fulanizar.

Por isso, mantenho aqui o pedido de rejeição dos requerimentos.

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, acho que temos que valorizar o Parlamento, a nossa Assembléia, a nossa vida. Tenho um entendimento de que um Deputado que representa uma parcela do povo do Paraná não é um cidadão comum, ele tem inclusive o direito pessoal de pedir qualquer informação ao Governo do Estado, ao Poder Judiciário, mas infelizmente há uma burocracia no meio que dificulta essas coisas. Então, acho que se esse direito vier de um Deputado pessoalmente, muito maior é da Assembléia enquanto Poder. Acho que deveríamos ter aqui uma posição de valorizar o Poder Legislativo. Por esse motivo, voto a favor da solicitação de informações do Deputado Jocelito Canto.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Primeiro, parabenizar pelo pronunciamento do Deputado Péricles. É justamente isso que eu gostaria também de passar aos cidadãos paranaenses. É um pedido de informações de um Parlamentar que tem a sua representação popular. Portanto, ele tem total direito. Quero votar a favor do pedido de informações, e mais, com a permissão do Deputado Jocelito gostaria também de receber cópias, porque me interessa também receber essas informações a respeito de possíveis irregularidades que possam estar acontecendo. Então, vou votar favoravelmente ao seu requerimento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Encerrada a discussão, vai se proceder a votação, de igual maneira vamos usar o painel para a facilidade da apuração.

Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento do Deputado Jocelito Canto ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários ao requerimento votam com a expressão NÃO. Votando. Vamos votar os dois requerimentos de uma vez só.

Vai se proceder a apuração: 35 Deputados votaram; nenhuma abstenção; 23 Srs. Deputados votaram com a expressão NÃO; 11, SIM. **Estão rejeitados os requerimentos.**

Requerimento nº 3034, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Autorizado.**

Requerimentos nºs 3035 a 3049, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3056, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 140, 196, 231, 348, 406 e 407/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atos de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Dr. Batista, Luiz Eduardo Cheida, Pastor Edson Praczyk e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 790/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº

153/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, com voto em separado contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 201/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, com voto em separado contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Despacho

DESPACHO

Protocolo: 9448/08 (Anexo Protocolo nº 8820/08)

Data: 24/10/08

Interessado: GERMANO FERRAZ PACIORNIK

Assunto: Encaminha Expediente

1) INDEFIRO, nos termos dos pareceres da Procuradoria Geral, exarados nos Protocolos nºs 8820/08 e 9448/08.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, 29/10/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Coordenadoria de Contabilidade

Balancete Financeiro

Agosto

OFÍCIO Nº 11/08

Curitiba, 28/10/08.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de AGOSTO/2008, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA

Coordenadoria de Contabilidade

ILMO. SR.
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
M.D. Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Agosto	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/08/08
MÊS: Agosto	Exercício: 2008	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	20.800.000,00	182.300.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	20.800.000,00	182.300.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	20.800.000,00	182.600.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	163.741,64	1.469.272,94
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	163.741,64	1.469.272,94
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	163.741,64	1.469.272,94

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	15.484.673,50	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	15.484.673,50	9.355.128,98
TOTAL	36.448.415,14	193.424.401,92

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Agosto	MÊS: Agosto Exercício: 2008	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/08/08
--	--------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	21.402.683,13	176.567.821,54
Pessoal e Encargos Sociais	18.113.051,47	153.221.500,29
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.289.631,66	23.346.321,25
DESPESAS DE CAPITAL	34.163,00	204.527,16
Investimentos	34.163,00	204.527,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	21.436.846,13	176.772.348,70
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	657.285,32
Pagamentos	0,00	657.285,32
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	983.198,89
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Depósitos de Diversas Origens	0,00	983.198,89
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	1.640.484,21
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	15.011.569,01	15.011.569,01
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	15.011.569,01	15.011.569,01
TOTAL	36.448.415,14	193.424.401,92

Setembro

OFÍCIO Nº 012/08

Curitiba, 28/10/08.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de SETEMBRO/08, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILMO. SR.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

M.D. Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Setembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/09/08
MÊS: Setembro	Exercício: 2008	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	21.500.000,00	203.800.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	21.500.000,00	203.800.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	21.500.000,00	204.100.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	215.294,11	1.684.567,05
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	215.294,11	1.684.567,05
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	215.294,11	1.684.567,05
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	15.011.569,01	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	15.011.569,01	9.355.128,98
TOTAL	36.726.863,12	215.139.696,03

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Setembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/09/08
MÊS: Setembro	Exercício: 2008	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	21.105.671,64	197.673.493,18
Pessoal e Encargos Sociais	17.987.593,96	171.209.094,25
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.118.077,68	26.464.398,93

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
DESPESAS DE CAPITAL	54.245,95	258.773,11
Investimentos	54.245,95	258.773,11
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	21.159.917,59	197.932.266,29
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	657.285,32
Pagamentos	0,00	657.285,32
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	983.198,89
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	983.198,89
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	1.640.484,21
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	15.566.945,53	15.566.945,53
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	15.566.945,53	15.566.945,53
TOTAL	36.726.863,12	215.139.696,03

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade